

Informativo FioPrev

FioPrev
O SEU BENEFÍCIO MAIOR
25 ANOS



PUBLICAÇÃO DO FIOPREV • ANO VI • NÚMERO 43 - Relatório de Atividades 2009 • Abril de 2010

Relatório de Atividades 2009





Mensagem da diretoria

Participante, através deste documento é possível acompanhar o desempenho da entidade na gestão do seu patrimônio em 2009. O Relatório é um compromisso de transparência e ética.

A diretoria do FioPrev além de atender as obrigações legais, entende que o Relatório é um meio de informar e demonstrar a evolução do Instituto ao longo do ano de 2009. Nesta edição especial você terá acesso a diversas tabelas, gráficos e suas respectivas explicações. São informações referentes a investimentos, custos de gestão, demonstrações contábeis, situação atuarial etc.

Agradecemos aos mais de 4.800 participantes pela confiança depositada. O muito obrigado também à Patrocinadora Fiocruz, ao Conselho Fiscal e Conselho Deliberativo pelo apoio permanente. O FioPrev ao longo desses 25 anos vem cuidando do seu futuro. Participe, cuide do seu benefício maior.

Desejamos uma ótima leitura.

Diretoria Executiva

Participantes

No início deste relatório apresentaremos informações sobre a massa participante dos planos de previdência.

Hoje, o FioPrev administra dois planos de previdência, o BD-RJU e o BD-FioPrev. O BD-RJU atende os servidores da Fiocruz contratados sob o Regime Jurídico Único. Já o BD-FioPrev contempla os empregados regidos pela CLT.

Ambos os planos são BD - benefício definido -, ou seja, significa que o benefício é estipulado previamente, no ato da contratação do plano. Os dois planos apóiam e protegem o futuro de cada participante e seu familiar.

Investimentos

Nesta seção você poderá conhecer melhor as aplicações financeiras que o FioPrev realizou em 2009 para cuidar do seu patrimônio. Será apresentado um resumo da Política de Investimentos, que contém as diretrizes fixadas pelo Conselho Deliberativo para gestão dos recursos confiados ao FioPrev para investimentos.

Demonstrações contábeis

Nesta seção você encontra o Balanço Patrimonial do FioPrev em 2009, consolidado e segmentado por planos de benefícios. O Balanço Patrimonial é uma demonstração contábil que tem por objetivo mostrar a situação financeira e patrimonial de uma entidade em um determinado período. O Balanço apre-

senta os Ativos – bens e direitos – e Passivos – exigibilidade e obrigações.

Fazem parte das Demonstrações Contábeis também a Demonstração dos Resultados e a Demonstração do Fluxo Financeiro, bem como as notas explicativas.

Parecer atuarial

O Parecer atuarial é emitido pelo atuário depois da realização de um estudo técnico que considera as características biométricas, demográficas e financeiras da massa de participantes para avaliar se o plano de custeio está adequado, visando o equilíbrio e a solvência do plano.

O parecer também deve apontar as causas do superávit ou déficit técnico atuarial. Em se tratando de déficit técnico atuarial, indica possíveis soluções para o equacionamento. Como o FioPrev administra dois planos, o parecer atuarial é apresentado separadamente.

Parecer dos auditores independentes

Os auditores são contratados para examinar os balanços patrimoniais do FioPrev e as respectivas demonstrações do resultado e do fluxo financeiro correspondentes aos exercícios findos naquelas datas. Os profissionais têm como responsabilidade expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.

EXPEDIENTE

Patrocinadoras Fundação Oswaldo Cruz e FioPrev • Conselho Deliberativo Leila de Mello Yañez Nogueira (Presidenta), Alex Santos Príncipe, Claudia Maria Gullo Parente, Hamilton dos Santos Coelho, Jorge Tadeu Arruda, Márcia Garcia, Maria Amália N. Monteiro, Oswaldo José da Cruz, Rosana Kuschner, Sergio Munck, Sônia Aparecida Freitas de Pinho e Sueli Maria Motta Cardoso • Conselho Editorial Carlos Magno Ramos, Claudia Abreu Campos, Halan Harlens P. de Morais, Jacques Mendes Meyohas, João Gonçalves Barbosa Neto e Lucia Santa Cruz • Conselho Fiscal José Sílvio de Moraes Portes (Presidente), Cristiane Teixeira Sendim, Daniel Carneiro Ferreira, Licia de Oliveira, Luciana Vivório Cardoso, Maria Ieda Santos Cruz, Newton Silva Santos e Roberto da Cruz Alves • Diretoria Executiva Carlos Magno Ramos, Halan Harlens P. Morais, Jacques Mendes Meyohas, João Gonçalves Barbosa Neto • Ouvidora Lucia Santa Cruz • Publicação do FioPrev Nº 43 / Relatório de Atividades 2009 - Abril 2010 • Jornalista Responsável Claudia Abreu Campos • Projeto Gráfico e Diagramação Bernard Design • Fotos Ricardo Brasil • Impressão Walprint Gráfica e Editora Ltda • Tiragem 6.000 exemplares.

Parecer do Conselho Fiscal

Depois de auditadas, as contas são verificadas pelo Conselho Fiscal da entidade, que tem o poder de aprová-las ou não.

Parecer do Conselho Deliberativo

Este Parecer é o documento final do Relatório de Atividades, no qual o Conselho Deliberativo avalia e aprova o Balanço, em conformidade com os pareceres Atuarial, dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal.

Planos Oferecidos

Benefícios do Plano BD-RJU

Complementação de aposentadoria proporcional por invalidez

Para o participante considerado incapacitado para o trabalho que venha a se aposentar de forma proporcional pelo RJU.

Complementação de pensão por morte

O benefício dos participantes que recebem complementação de aposentadoria é revertido em pensão em caso de morte do titular. Não há pensão quando o servidor falecido está na ativa.

Pecúlio por morte

É o benefício que garante aos beneficiários designados pelo servidor um pagamento único total igual a 10 vezes o salário real de benefício do participante, relativo ao mês anterior ao falecimento.

Complementação de abono anual

Este benefício é devido a todo o participante que recebe complementação do FioPrev. Equivale ao 13º salário pago aos trabalhadores.

IMPORTANTE: Desde a publicação do Ofício 509, em março de 2007, expedido pela Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência, o FioPrev está proibido de conceder novos benefícios de complementação de aposentadoria e de pensão não decorrentes de invalidez, por isso, o Conselho Deliberativo entendeu ser prudente suspender a inscrição de novos participantes no plano de previdência.

Benefícios do Plano BD-FioPrev

Complementação de aposentadoria proporcional por invalidez

Para trabalhadores aposentados pelo INSS por incapacidade de trabalho, como consequência do auxílio-doença ou de acidente incapacitante de qualquer natureza.

Complementação de aposentadoria por idade

Somente para participantes que se aposentam por idade pelo INSS. Exige 10 anos de vinculação à Patrocinadora e 2 anos de contribuição ao FioPrev.

Complementação de aposentadoria por tempo de serviço

Destinado aos que se aposentam por tempo de serviço pelo INSS. O participante deve ter no mínimo 58 anos de idade, 35 anos de serviço, 10 anos de vinculação à Patrocinadora e 2 anos de contribuição ao FioPrev.

Complementação de aposentadoria especial

Destinada aos que se aposentam pelo INSS por exercerem atividade insalubre, perigosa ou periculosa, de acordo com a legislação previdenciária. É necessário ter 55 anos de idade, 10 anos de vinculação à Patrocinadora e 2 anos de contribuição ao FioPrev.

Complementação de pensão por morte

Benefício destinado aos dependentes reconhecidos pelo INSS. O participante falecido precisa ter completado pelo menos 1 ano de vinculação à Patrocinadora. O pagamento da pensão equivale a 50% da complementação recebida mais 10% por cada dependente, chegando no máximo a 100%.

Pecúlio por morte

É o benefício que garante aos beneficiários designados pelo participante o pagamento único total de uma importância em dinheiro igual a 10 vezes o salário real de benefício do participante relativo ao mês precedente ao do falecimento. O pecúlio é calculado pela média dos 12 últimos salários de participação (corrigidos monetariamente).

Complementação de auxílio-doença

Voltado aos participantes que estiverem licenciados pelo INSS por motivo de doença. Não há carência.

Complementação de auxílio-reclusão

Destinado aos dependentes reconhecidos pelo INSS e válido somente pelo período enquanto durar a reclusão. Não há carência. O cálculo feito é 50% da complementação da aposentadoria por invalidez que o participante teria direito somado a 10% por cada dependente não podendo ultrapassar os 100%.

Complementação de abono anual

Este benefício é devido a todo participante que receba complementação do FioPrev. Equivale ao 13º salário pago aos trabalhadores.

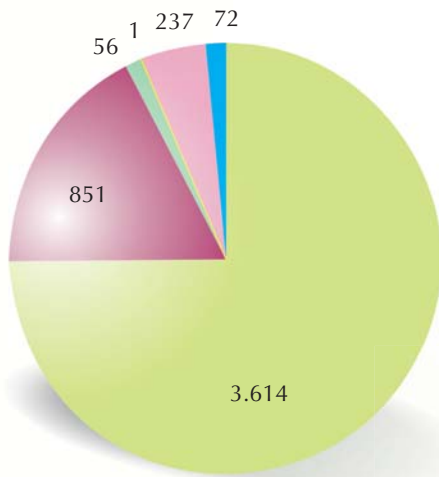


Participantes e os dados

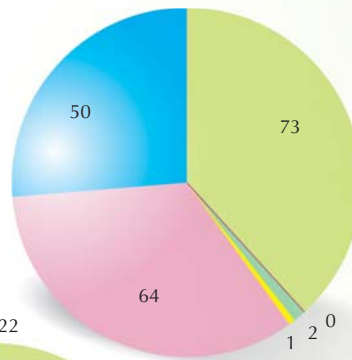
TABELAS E GRÁFICOS

	2007			2008			2009		
	BD-FioPrev	BD-RJU	TOTAL	BD-FioPrev	BD-RJU	TOTAL	BD-FioPrev	BD-RJU	TOTAL
Ativos	70	3.716	3.786	70	3.615	3.685	73	3.541	3.614
Participantes para pecúlio	0	818	818	0	836	836	0	851	851
Autopatrocinados	3	52	55	2	50	52	2	54	56
BPD	2	1	3	1	0	1	1	0	1
Assistidos	77	157	234	71	170	241	64	173	237
Pensionistas	42	15	57	43	16	59	45	18	63
Total	194	4.759	4.953	187	4.687	4.874	185	4.637	4.822

Total de Participantes 2009

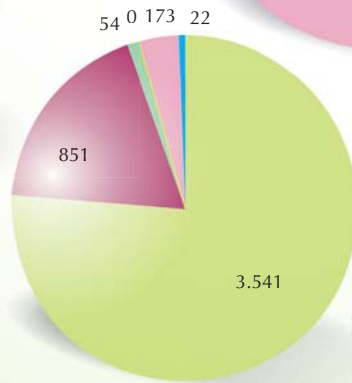


Participantes BD-FioPrev 2009

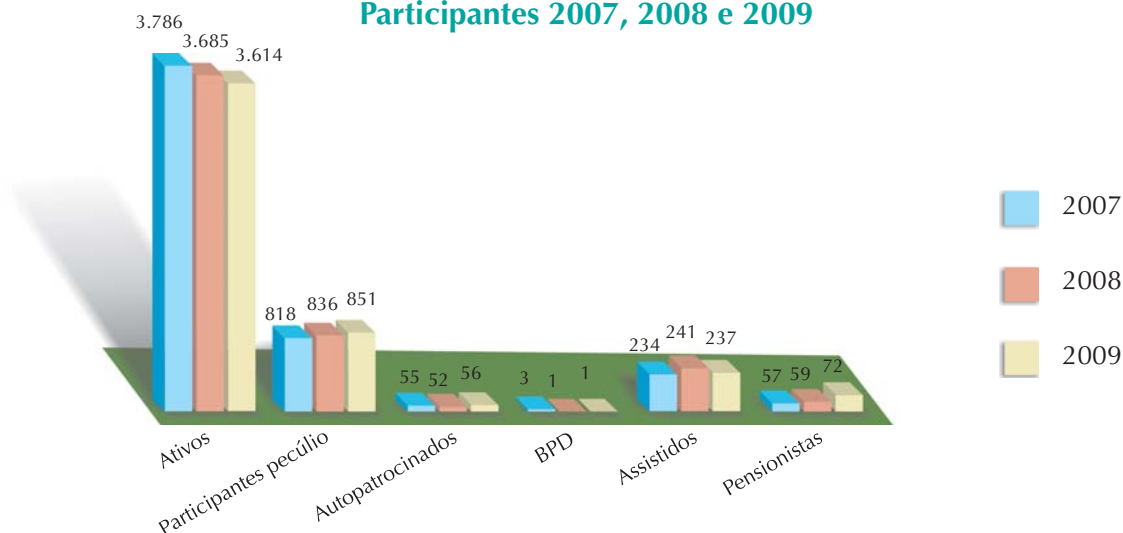


- Ativos
- Participantes pecúlio
- Autopatrocinados
- BPD
- Assistidos
- Pensionistas

Participantes BD-RJU 2009

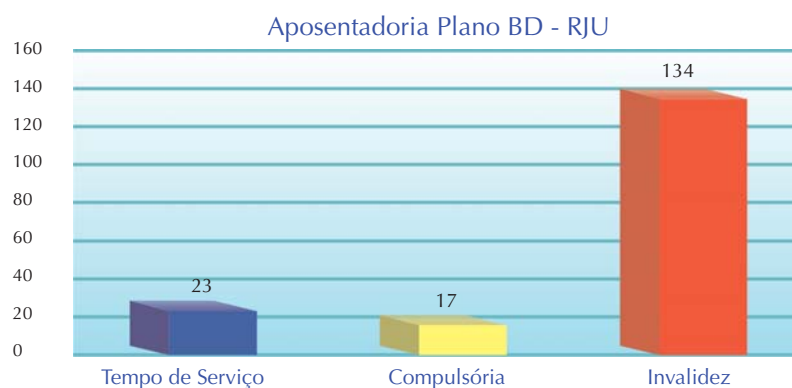
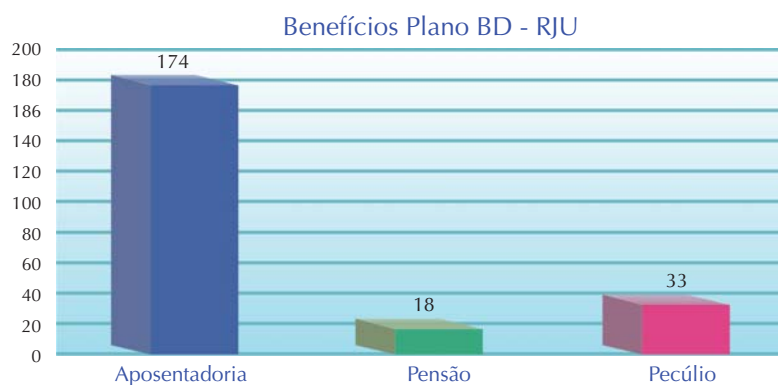


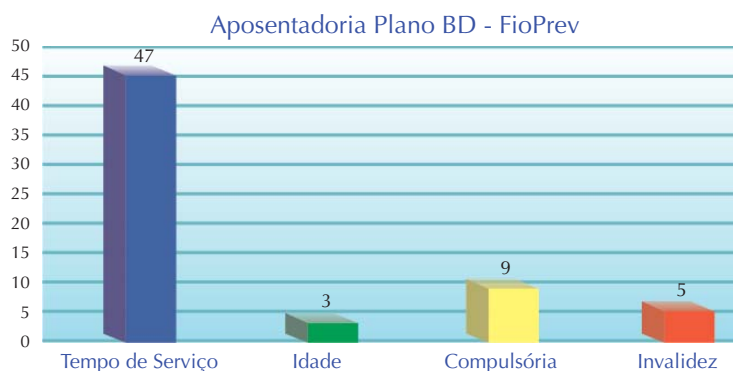
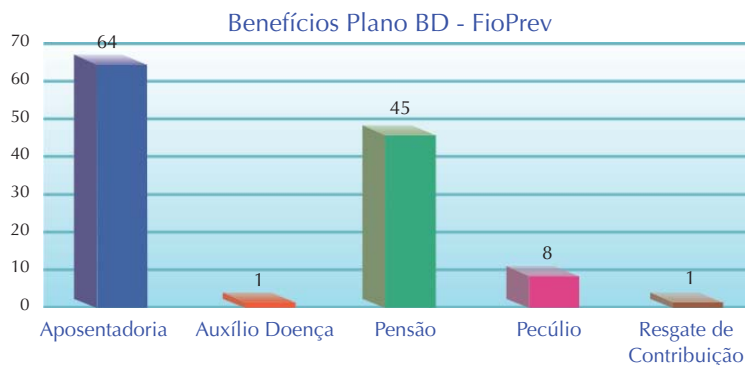
Participantes 2007, 2008 e 2009



Confira a seguir os montantes dos benefícios pagos em 2009, que representam o cumprimento dos compromissos assumidos com os participantes:

2009							
	CLT		RJU		TOTAL		
	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor	
Aposentadoria	64	574.127,25	173	1.994.786,60	237	2.568.913,85	
Tempo de Serviço	46	358.355,00	23	166.531,30	69	524.886,30	
Idade	3	96.080,12	-	-	3	96.080,12	
Compulsória	10	81.387,01	17	104.706,93	27	186.093,94	
Especial	-	-	-	-	-	-	
Invalidez	5	38.305,12	133	1.723.548,37	138	1.761.853,49	
Auxílio Doença	1	22.060,52	-	-	1	22.060,52	
Pensão	45	327.693,46	18	106.581,16	63	434.274,62	
Pecúlio	4	40.193,58	33	2.036.410,15	37	2.076.603,73	
Ativos	-	-	4	322.950,20	4	322.950,20	
Participantes Pecúlio	-	-	18	1.042.066,25	18	1.042.066,25	
Assistidos	4	40.193,58	11	671.393,70	15	711.587,28	
Empréstimos	-	-	-	-	-	-	
Simplex	-	-	-	-	-	-	
Saúde	-	-	-	-	-	-	
Funeral	-	-	-	-	-	-	
Emergencial	-	-	-	-	-	-	
Total	114	964.074,81	224	4.137.777,91	338	5.101.852,72	
Resgate de Contribuição	1	22,32	-	-	1	22,32	





Investimentos

Rentabilidades (%)													
	Jan/09	Fev/09	Mar/09	Abr/09	Mai/09	Jun/09	Jul/09	Ago/09	Set/09	Out/09	Nov/09	Dez/09	Acumulado em 2009
Consolidado	2,41	0,96	1,41	1,52	3,30	0,65	0,97	0,57	1,79	0,34	1,57	0,60	15,96
Segmento de Renda Fixa	2,07	1,30	1,12	0,20	2,29	0,91	0,79	-0,91	0,95	0,13	0,92	-0,08	10,09
Segmento de Renda Variável	7,41	-2,45	4,60	16,64	14,01	-1,67	6,73	3,19	9,19	0,92	9,62	0,42	91,47
Segmento de Imóveis	1,12	1,12	1,12	0,78	1,02	1,12	1,13	1,13	1,13	1,13	1,14	59,93	80,08
Segmento de Empréstimos e Financiamentos	0,45	0,22	1,82	0,58	1,57	0,62	0,51	0,74	0,68	0,50	0,51	0,58	9,13

Índices de referência (%)													
	Jan/09	Fev/09	Mar/09	Abr/09	Mai/09	Jun/09	Jul/09	Ago/09	Set/09	Out/09	Nov/09	Dez/09	Acumulado em 2009
CDI	1,05	0,85	0,97	0,84	0,77	0,78	0,79	0,69	0,69	0,69	0,66	0,72	9,90
IBOVESPA	4,66	-2,84	7,18	15,55	12,49	-3,26	6,41	3,15	8,90	0,05	8,93	2,30	82,66
IGPM	-0,44	0,26	-0,74	-0,15	-0,07	-0,10	-0,43	-0,36	0,42	0,05	0,10	-0,26	-1,71
INPC	0,64	0,31	0,20	0,55	0,60	0,42	0,23	0,08	0,16	0,24	0,37	0,24	4,11
INPC + 5% ao ano	1,05	0,72	0,61	0,96	1,01	0,83	0,64	0,49	0,57	0,65	0,78	0,65	9,32
INPC + 6% ao ano	1,13	0,80	0,69	1,04	1,09	0,91	0,72	0,57	0,65	0,73	0,86	0,73	10,36
IPCA	0,48	0,55	0,20	0,48	0,47	0,36	0,24	0,15	0,24	0,28	0,41	0,37	4,31
IMA	2,10	1,11	1,32	0,37	2,00	0,66	0,94	1,03	0,85	0,22	0,75	0,86	12,90
RF em relação a % CDI	198,12	152,76	114,77	24,26	298,16	120,75	101,09	-132,08	137,89	19,23	140,09	-11,42	101,95

VaR - 1 dia útil (%) (*)													
	Jan/09	Fev/09	Mar/09	Abr/09	Mai/09	Jun/09	Jul/09	Ago/09	Set/09	Out/09	Nov/09	Dez/09	Acumulado em 2009
Segmento de Renda Fixa	0,34	0,28	0,22	0,19	0,20	0,21	0,23	0,20	0,18	0,10	0,12	0,10	
Segmento de Renda Variável	5,46	3,97	5,30	4,12	4,04	3,50	3,74	2,74	2,23	2,82	3,39	2,90	
Consolidado (Renda Fixa e Renda Variável)	0,82	0,52	0,52	0,44	0,51	0,46	0,33	0,31	0,29	0,27	0,29	0,27	
IBOVESPA	4,59	4,34	5,10	4,24	3,89	3,86	3,74	3,09	2,53	3,04	2,87	2,76	

(*) VaR é a medida que indica a perda máxima a que está sujeito o investimento em 1 dia.

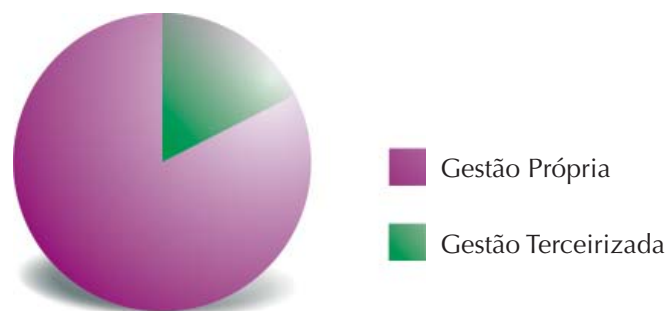
Limites Legais

Segmentos	Valor	Alocação 31/12/2009	Limites pela Política de Investimentos FioPrev		Limites pela Legislação
			Mínimo	Máximo	Res. CMN 3.792
Renda Fixa	159.743.169,52	86,27%	0,00%	100,00%	100,00%
Renda Variável	14.536.429,07	7,85%	0,00%	30,00%	70,00%
Investimentos Estruturados	2.673.984,61	1,44%	0,00%	20,00%	20,00%
Investimentos no Exterior	0,00	0,00%	0,00%	10,00%	10,00%
Imóveis	3.007.756,30	1,62%	0,00%	8,00%	8,00%
Operações com Participantes	5.203.639,01	2,81%	0,00%	15,00%	15,00%
Disponível	8.237,90				
Exigível Operacional	0,00				
Total	185.173.216,41				

Gestão Própria X Terceirizada

Recursos
Garantidores

Gestão Própria	156.891.888,34
Gestão Terceirizada	28.281.328,07
	185.173.216,41



Custo da Gestão dos Investimentos

Para administrar os recursos aplicados, o FioPrev arca com custos administrativos, de pessoal, encargos, taxas financeiras, corretagens etc. Devido a sua gestão transparente e responsável, estes valores são divulgados aos participantes para que eles possam avaliar as despesas para rentabilização dos recursos que vão garantir seus benefícios previdenciários.

Posição em 31/12/2009

Despesas com Gestão	128.840,91	159.171,53	189.976,75	250.494,50	728.483,69
CUSTOS	1º TRIM	2º TRIM	3º TRIM	4º TRIM	ANO
GESTÃO INTERNA	124.772,45	152.764,50	152.201,84	140.255,54	569.994,33
Pessoal/Encargos	81.977,19	96.245,81	96.245,81	96.245,81	370.714,62
Consultoria ¹	1.773,53	14.938,06	612,48	3.808,44	21.132,51
Auditorias	2.150,56	2.097,42	-	-	4.247,98
Sistemas de Riscos ²	25.257,31	6.905,17	8.946,54	10.446,54	51.555,56
Custódia/Controladoria	5.888,93	11.314,34	11.016,49	10.316,74	38.536,50
Taxas Tributária	-	-	-	-	-
Carteira de Empréstimos	-	-	-	-	-
Carteira de Imóveis	-	8.465,82	-	4.080,00	12.545,82
Software	7.724,93	12.797,88	6.705,00	6.705,00	33.932,81
Corretagens ³	-	-	23.235,70	7.419,04	30.654,74
Taxa Oper. CBLC	-	-	1.323,14	296,15	1.619,29
Taxa Oper. Bovespa	-	-	4.116,68	937,82	5.054,50
GESTÃO EXTERNA	4.068,46	6.407,03	37.774,91	110.238,96	158.489,36
Taxa de administração*	-	-	1.762,42	36.841,64	38.604,06
Taxa de performance*	-	-	-	-	-
Corretagens*	-	-	8.948,68	32.687,84	41.636,52
Taxa SELIC	-	-	1.00,00	300,00	4.00,00
Taxa CETIP	1.265,59	1.507,43	3.532,35	2.394,03	8.699,40
Taxa Bovespa*	-	-	10.915,98	18.317,63	29.233,61
Taxa BM&F*	-	-	1.479,67	8.855,27	10.334,94
Custódia**	412,27	4.356,60	4.621,59	4.705,06	14.095,52
Auditorias	-	-	1.100,00	1.650,00	2.750,00
Outras	2.390,60	543,00	5.314,22	4.487,49	12.735,31

(*) Não há cobrança dessas taxas no FIQ Pactual FioPrev. O Fundo FioPrev Infinity iniciou em agosto/2009 com aplicação de R\$20 milhões. A taxa de administração cobrada pelo gestor começou a ser paga a partir de setembro.

(**) Valor menor do que em outros trimestres devido ao estorno de R\$4.995,92, ocorrido no dia 04/02/09.

1 - Avaliação de Gestores Externos pela Luz Engenharia, ocorrida no 2º Tri.

2 - Pagamento da última parte dos serviços prestados pela RiskOffice - Estudos de ALM, ocorrida no 1º Tri.

3 - Operações em Bolsa de Valores - Carteira Própria.



Política de Investimentos

A Política de Investimentos contém os parâmetros para a gestão dos recursos financeiros do plano de previdência. Ela é um instrumento de longo prazo que estabelece os objetivos e os rumos dos investimentos feitos pelo FioPrev. É aprovada anualmente pelo Conselho Deliberativo e operacionalizada pelo Comitê de Investimentos e pela Diretoria Administrativa e Financeira. Cada plano de benefício possui uma política de investimentos, adequada à sua realidade e à meta atuarial. Verifique os dados:

Relatório Resumo da Política de Investimentos - Plano de Benefícios BD - FioPrev

Período de referência: 01/2009 a 12/2009

Entidade: 477-FioPrev

	Indexador	Taxa de juros
Plano de Benefícios: 1985000318 - Plano BD - FioPrev	INPC	5,00%

Aprovado pelo Conselho Deliberativo em 17/12/2008, pela Ata nº 13/2007

Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado: Jacques Mendes Meyohas (CPF 893.164.107-97)

Cargo: Diretor Adm/Financeiro Segmento: Plano de Benefícios

Controle de Riscos

Risco de Mercado

Risco Legal

Risco de Liquidez

Risco Operacional

Risco de Contraparte

Outros

Alocação dos Recursos

PERÍODO DE REFERÊNCIA: 01/2009 A 12/2009

Investimento

Máximo

Segmento de Renda Fixa

Baixo Risco de Crédito 100,00%

Médio Risco de Crédito 20,00%

Alto Risco de Crédito 20,00%

Segmento de Renda Variável

Empresas com IGC/Bovespa 30,00%

Empresas não abrangidas pelo IGC/Bovespa 10,00%

Sociedade de Propósito Específico 20,00%

Parceria Público-Privada 0,00%

Segmento de Imóveis

Investimentos Visando Ulterior Alienação 0,00%

Investimentos Visando Aluguéis e Renda 8,00%

Fundos de Investimento Imobiliário 8,00%

Outros Investimento Imobiliário 8,00%

Empréstimos e Financiamentos

Empréstimos 15,00%

Financiamentos 10,00%

Derivativos

Limite Máximo para Proteção: 100,00 %

Limite Máximo para Exposição: 0,00 %

Limites Máximos de Diversificação

PERÍODO DE REFERÊNCIA: 01/2009 A 12/2009

Em Pessoa Jurídica ou Conglomerados: 20%

Em Patrocinadoras e Ligadas: 10%

Ativos de Renda Fixa

Baixo Risco Médio Risco Alto Risco

PJ não Financeira 10% 0% 0%

Instituição Financeira 20% 0% 0%

FIDC 20% 10% 0%

Companhias Abertas

Por Capital Votante: 20%

Dos Recursos Garantidores: 5%

Por Capital Total: 20%

Sociedades de Propósito Específico

Por Projeto: 25%

Por Projeto + Inversões das Patrocinadoras: 40%

Imóveis

Por Imóvel: 8%

PL do Fundo: 25%

Gestão de Recursos

Tipo/Forma: **Mista**

Quantidade de Gestores: **10**

Periodicidade da Avaliação: **6 Meses**

Critérios de Avaliação: **Em relação à taxa mínima atuarial do plano**

Critério para Contratação

Qualitativos	Quantitativos
Histórico da Empresa e dos Controladores	Rentabilidade Histórica Auferida
Capacitação Técnica	Riscos Incorridos
Práticas de Marcação a Mercado	Custos
Estrutura de Suporte e de Controle	Total de Recursos Administrados
Outros	Outros

Estratégia de Formação de Preço: **Mista**

Faz acampanhamento das estratégias formuladas ou desempenhadas: **Sim**

Participação em Assembléias de Acionistas:
Não participa

Cenário Macroeconômico:

Taxa de Crescimento Real 3,15% a.a.
Inflação pelo IGP-M, 5,74% a.a. e pelo IPCA 5,01% a.a.
Câmbio U\$ 1,00 = R\$ 1,96
Taxa de Juros Nominal 13,78% a.a.
Ibovespa Fechamento 65.000
Dívida Líquida (% do PIB) = 39,0%

Observações :

Em relação a gestão terceirizada, vale ressaltar que o cenário macroeconômico e setorial utilizado é de responsabilidade da instituição contratada.

Relatório Resumo da Política de Investimentos - Plano de Benefícios BD - RJU

Período de referência: **01/2009 a 12/2009**

Entidade: 477-FioPrev

	Indexador	Taxa de juros
Plano de Benefícios: 1991000138 - Plano BD - RJU	INPC	6,00%

Aprovado pelo Conselho Deliberativo em 17/12/2008, pela Ata nº 13/2007

Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado: Jacques Mendes Meyohas (CPF 893.164.107-97)

Cargo: Diretor Adm/Financeiro Segmento: Plano de Benefícios

Controle de Riscos

Risco de Mercado

Risco de Liquidez

Risco de Contraparte

Risco Legal

Risco Operacional

Outros

Alocação dos Recursos

PERÍODO DE REFERÊNCIA: 01/2009 A 12/2009

Investimento	Máximo	Investimento	Máximo
Segmento de Renda Fixa		Segmento de Imóveis	
Baixo Risco de Crédito	100,00%	Investimentos Visando Ulterior Alienação	0,00%
Médio Risco de Crédito	20,00%	Investimentos Visando Aluguéis e Renda	8,00%
Alto Risco de Crédito	20,00%	Fundos de Investimento Imobiliário	8,00%
Segmento de Renda Variável		Outros Investimento Imobiliário	8,00%
Empresas com IGC/Bovespa	30,00%	Empréstimos e Financiamentos	
Empresas não abrangidas pelo IGC/Bovespa	10,00%	Empréstimos	15,00%
Sociedade de Propósito Específico	20,00%	Financiamentos	10,00%
Parceria Público-Privada	0,00%	Derivativos	
		Limite Máximo para Proteção	100,00 %
		Limite Máximo para Exposição:	0,00 %



Limites Máximos de Diversificação

PERÍODO DE REFERÊNCIA: 01/2009 A 12/2009

Em Pessoa Jurídica ou Conglomerados: 20%

Em Patrocinadoras e Ligadas: 10%

Ativos de Renda Fixa

	Baixo Risco	Médio Risco	Alto Risco
PJ não Financeira	10%	0%	0%
Instituição Financeira	20%	0%	0%
FIDC	20%	10%	0%

Companhias Abertas

Por Capital Votante: 20%

Dos Recursos Garantidores: 5%

Por Capital Total: 20%

Sociedades de Propósito Específico

Por Projeto: 25%

Por Projeto + Inversões das Patrocinadoras: 40%

Imóveis

Por Imóvel: 8%

PL do Fundo: 25%

Gestão de Recursos

Tipo/Forma: **Mista**

Quantidade de Gestores: **10**

Periodicidade da Avaliação: **6 Meses**

Critérios de Avaliação: **Em relação à taxa mínima atuarial do plano**

Critério para Contratação

Qualitativos	Quantitativos
Histórico da Empresa e dos Controladores	Rentabilidade Histórica Auferida
Capacitação Técnica	Riscos Incorridos
Práticas de Marcação a Mercado	Custos
Estrutura de Suporte e de Controle	Total de Recursos Administrados
Outros	Outros

Estratégia de Formação de Preço: **Mista**

Faz acampamento das estratégias formuladas ou desempenhadas: **Sim**

Participação em Assembléias de Acionistas:

Não participa

Cenário Macroeconômico:

Taxa de Crescimento Real 3,15% a.a.

Inflação pelo IGP-M, 5,74% a.a. e pelo IPCA 5,01% a.a.

Câmbio U\$ 1,00 = R\$ 1,96

Taxa de Juros Nominal 13,78% a.a.

Ibovespa Fechamento 65.000

Dívida Líquida (% do PIB) = 39,0%

Observações :

Em relação a gestão terceirizada, vale ressaltar que o cenário macroeconômico e setorial utilizado é de responsabilidade da instituição contratada.



Foto: Sanja Gjenero / sxc.hu

Demonstrações contábeis

Balanço Patrimonial

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e de 2008 (Em milhares de Reais)

Ativo	2009	2008	Passivo	2009	2008
Disponível	34	204	Exigível Operacional	9.277	7.794
Realizável	204.064	176.851	Programa Previdencial	545	333
Programa Previdencial	942	818	Programa Assistencial	7.851	6.642
Programa Assistencial	10.414	2.497	Programa Administrativo	881	738
Programa Administrativo	1.947	1.539	Programa de Investimentos	0	81
Programa de Investimentos	190.761	171.997	Exigível Contingencial	212	212
Renda Fixa	167.512	154.753	Programa Assistencial	212	212
Renda Variável	15.038	8.517	Exigível Atuarial	47.173	64.767
Investimentos Imobiliários	3.008	1.938	Provisões Matemáticas	47.173	64.767
Operações com Participantes	5.203	6.789	Benefícios Concedidos	38.001	35.177
Permanente	321	332	Benefícios a Conceder	9.172	29.590
Imobilizado	271	246	Reservas e Fundos	147.757	104.614
Diferido	50	86	Equilíbrio Técnico	71.931	39.845
Total do Ativo	204.419	177.387	Resultados Realizados	71.931	39.845
			Superávit Técnico Acumulado	71.931	39.845
			Fundos	75.826	64.769
			Programa Previdencial	60.315	52.909
			Programa Assistencial	8.414	5.758
			Programa Administrativo	5.797	4.993
			Programa de Investimentos	1.300	1.109
			Total do Passivo	204.419	177.387

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Carlos Magno Ramos

Diretor Superintendente

CPF.: 367.575.197-04

Jacques Mendes Meyohas

Diretor Administrativo e Financeiro

CPF.: 893.164.107-97

João Gonçalves Barbosa Neto

Diretor de Assistência

CPF.: 227.184.607-25

Halan Harlens Pacheco de Morais

Diretor de Previdência

CPF.: 035.393.417-81

Luis Pereira de Freitas

Contador

CRC.: RJ 034.521/O-9

CPF.: 215.018.587-34



Demonstração de Resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e de 2008 (Em milhares de Reais)

DESCRIÇÃO	2009	2008
PROGRAMA PREVIDENCIAL		
(+) Recursos Coletados	5.374	4.368
(-) Recursos Utilizados	(5.339)	(4.192)
(-) Custeio Administrativo	(805)	(654)
(+/-) Resultado dos Invest. Previdenciais	22.667	1.718
(-/+) Constit./Reversões de Prov. Atuariais	17.594	20
(-/+) Constituições/Reversões de Fundos	(7.405)	(295)
(=) Superávit(Déficit)Técnico do Exercício	32.086	965
PROGRAMA ASSISTENCIAL		
(+) Recursos Coletados	52.173	47.698
(-) Recursos Utilizados	(46.024)	(43.770)
(-/+) Constituições/Reversões de Contingências	0	(55)
(-) Custeio Administrativo	(4.133)	(3.168)
(+/-) Resultado dos Invest. Assistenciais	640	583
(=) Constituições/Reversões de Fundos	2.656	1.288
PROGRAMA ADMINISTRATIVO		
(+) Recursos Oriundos de Outros Programas	7.303	5.580
(+) Receitas	6	800
(-) Despesas	(7.123)	(6.186)
(+/-) Resultado dos Invest. Administrativos	618	35
(=) Constituições/Reversões de Fundos	804	229
PROGRAMA DE INVESTIMENTOS		
(+/-) Renda Fixa	17.141	10.474
(+/-) Renda Variável	7.189	(6.565)
(+/-) Investimentos Imobiliários	1.377	187
(+/-) Operações com Participantes	775	508
(+/-) Outros Investimentos	0	41
(-) Custeio Administrativo	(2.365)	(1.758)
(+/-) Resultados Receb./Transf.p/Outros Programas	(23.925)	(2.336)
(=) Constituições/Reversões de Fundos	192	551

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Jacques Mendes Meyohas
Diretor Administrativo e Financeiro
CPF.: 893.164.107-97

Carlos Magno Ramos
Diretor Superintendente
CPF.: 367.575.197-04

João Gonçalves Barbosa Neto
Diretor de Assistência
CPF.: 227.184.607-25

Halan Harlens Pacheco de Morais
Diretor de Previdência
CPF.: 035.393.417-81

Luis Pereira de Freitas
Contador
CRC.: RJ 034.521/O-9
CPF.: 215.018.587-34

Demonstração de Fluxos Financeiros

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e de 2008 (Em milhares de Reais)

DESCRIÇÃO	2009	2008
(+/-)PROGRAMA PREVIDENCIAL	123	6.371
(+) ENTRADAS	5.250	10.453
(+) Recursos Coletados	5.374	4.367
(+/-) Recursos a Receber	(124)	6.067
(+/-) Recursos Futuros	0	0
(+) Outros Realizáveis/Exigibilidades	0	18
(+) Constituições/Reversões de Contingências	0	0
(+) Operações Transitórias	0	0
(-) SAÍDAS	(5.127)	(4.082)
(-) Recursos Utilizados	(5.339)	(4.192)
(+/-) Utilizações a Pagar	227	111
(+/-) Utilizações Futuras	0	(0)
(-) Outros Realizáveis/Exigibilidades	(15)	0
(-) Constituições/Reversões de Contingências	0	0
(-) Operações Transitórias	0	0
(+/-)PROGRAMA ASSISTENCIAL	(558)	11.013
(+) ENTRADAS	45.713	63.205
(+) Recursos Coletados	52.173	47.698
(+/-) Recursos a Receber	(7.917)	15.507
(+/-) Recursos Futuros	0	0
(+) Outros Realizáveis/Exigibilidades	1.457	0
(+) Constituições/Reversões de Contingências	0	0
(+) Operações Transitórias	0	0
(-) SAÍDAS	(46.271)	(52.191)
(-) Recursos Utilizados	(46.024)	(43.770)
(+/-) Utilizações a Pagar	(247)	(3.588)
(+/-) Utilizações Futuras	0	0
(-) Outros Realizáveis/Exigibilidades	0	(4.811)
(-) Constituições/Reversões de Contingências	0	(23)
(-) Operações Transitórias	0	0

DESCRIÇÃO	2009	2008
(+/-)PROGRAMA ADMINISTRATIVO	(7.372)	(6.556)
(+) ENTRADAS	6	800
(+) Receitas	6	800
(-) Receitas a Receber	0	0
(+) Receitas Futuras	0	0
(+) Outros Realizáveis/Exigibilidades	0	0
(+) Constituições/Reversões de Contingências	0	0
(+) Operações Transitórias	0	0
(-) SAÍDAS	(7.378)	(7.356)
(-) Despesas	(7.123)	(6.186)
(+) Despesas a Pagar	121	(635)
(-) Despesas Futuras	1	(29)
(-) Permanente	11	84
(-) Outros Realizáveis/Exigibilidades	(591)	0
(-) Constituições/Reversões de Contingências	0	0
(-) Operações Transitórias	0	0
(+/-)PROGRAMA DE INVESTIMENTOS	7.637	(11.455)
(+/-) Renda Fixa	4.382	(7.290)
(+/-) Renda Variável	668	(7.574)
(+/-) Investimentos Imobiliários	307	1.004
(+/-) Operações com Participantes	2.280	2.364
(+/-) Relacionados com o Disponível	0	0
(+/-) Relacionados com Tributos	0	0
(+/-) Outros Investimentos	0	41
(+/-) Constituições/Reversões de Contingências	0	0
(+/-) Operações Transitórias	0	0
(=) Fluxo nas Disponibilidades	(170)	(627)
(=) Variações nas Disponibilidades	(170)	(627)

Carlos Magno Ramos
Diretor Superintendente
CPF.: 367.575.197-04

Jacques Mendes Meyohas
Diretor Administrativo e Financeiro
CPF.: 893.164.107-97

João Gonçalves Barbosa Neto
Diretor de Assistência
CPF.: 227.184.607-25

Halan Harlens Pacheco de Morais
Diretor de Previdência
CPF.: 035.393.417-81

Luis Pereira de Freitas
Contador
CRC.: RJ 034.521/O-9
CPF.: 215.018.587-34



Balanço Patrimonial

Exercício findo em 31 de dezembro de 2009

Conta	Plano			
	RJU	CLT	FioSaúde	CONSOLIDADO
ATIVO	137.762.281,69	49.650.261,71	17.006.546,62	204.419.090,02
Disponível	5.980,71	2.257,19	26.032,59	34.270,49
Realizável	137.617.700,82	49.583.907,61	16.862.248,62	204.063.857,05
Programa Previdencial	925.783,34	16.503,35	-	942.286,69
Programa Assistencial	-	-	10.413.550,95	10.413.550,95
Programa Administrativo	790.344,20	303.999,66	852.631,15	1.946.975,01
Programa Investimentos	135.901.573,28	49.263.404,60	5.596.066,52	190.761.044,40
Renda Fixa	118.138.436,81	43.777.149,61	5.596.066,52	167.511.652,94
Renda Variável	10.654.397,63	4.383.598,52	-	15.037.996,15
Imobiliários	2.183.631,07	824.125,23	-	3.007.756,30
Op. Participantes	4.925.107,77	278.531,24	-	5.203.639,01
Permanente	138.600,16	64.096,91	118.265,41	320.962,48
Imobilizado	108.050,45	47.537,34	115.007,87	270.595,66
Diferido	30.549,71	16.559,57	3.257,54	50.366,82
PASSIVO	137.762.281,69	49.650.261,71	17.006.546,62	204.419.090,02
Exigível Operacional	734.592,92	161.832,91	8.380.627,32	9.277.053,15
Programa Previdencial	458.511,66	86.202,30	-	544.713,96
Programa Assistencial	-	-	7.851.228,32	7.851.228,32
Programa Administrativo	276.081,26	75.630,61	529.399,00	881.110,87
Programa Investimentos	-	-	-	-
Exigível Contingencial	-	-	211.466,98	211.466,98
Programa Assistencial	-	-	211.466,98	211.466,98
Exigível Atuarial	30.122.247,00	17.051.088,62	-	47.173.335,62
Provisões Matemáticas	30.122.247,00	17.051.088,62	-	47.173.335,62
Benefícios Concedidos	30.122.247,00	7.879.341,00	-	38.001.588,00
Benefícios a Conceder	-	9.171.747,62	-	9.171.747,62
Prov. Mat. a Constituir	-	-	-	-
Reservas e Fundos	106.905.441,77	32.437.340,18	8.414.452,32	147.757.234,27
Equilíbrio Técnico	40.794.737,75	31.135.984,75	-	71.930.722,50
Resultados Realizados	40.794.737,75	31.135.984,75	-	71.930.722,50
Superávit Téc. Acumulado	40.794.737,75	31.135.984,75	-	71.930.722,50
Fundos	66.110.704,02	1.301.355,43	8.414.452,32	75.826.511,77
Programa Previdencial	60.314.676,77	-	-	60.314.676,77
Programa Assistencial	-	-	8.414.452,32	8.414.452,32
Programa Administrativo	4.835.497,34	961.581,69	-	5.797.079,03
Programa Investimentos	960.529,91	339.773,74	-	1.300.303,65

Carlos Magno Ramos
Diretor Superintendente
CPF.: 367.575.197-04

Jacques Mendes Meyohas
Diretor Administrativo e Financeiro
CPF.: 893.164.107-97

João Gonçalves Barbosa Neto
Diretor de Assistência
CPF.: 227.184.607-25

Halan Harlens Pacheco de Morais
Diretor de Previdência
CPF.: 035.393.417-81

Luis Pereira de Freitas
Contador
CRC.: RJ 034.521/O-9
CPF.: 215.018.587-34

Balanço Patrimonial

Exercício findo em 31 de dezembro de 2009

Conta	Plano		
	RJU	CLT	Fiosaúde
PROGRAMA PREVIDENCIAL			
(+) Recursos Coletados	5.079.244,34	295.039,38	
(-) Recursos Utilizados	(4.338.412,99)	(1.000.907,14)	
(-) Custeio Administrativo	(760.608,02)	(44.230,78)	
(+/-) Resultado dos Invest. Previdenciais	16.885.888,07	5.781.210,45	
(-/+) Constit./Reversões de Prov. Atuariais	19.128.974,72	(1.535.009,62)	
(-/+) Constituições/Reversões de Fundos	(7.405.403,30)	-	
(=) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	28.589.682,82	3.496.102,29	
PROGRAMA ASSISTENCIAL			
(+) Recursos Coletados			52.173.409,92
(-) Recursos Utilizados			(46.024.439,32)
(-/+) Constituições/Reversões de Contingências			100,00
(-) Custeio Administrativo			(4.133.337,59)
(+/-) Resultado dos Invest. Assistenciais			640.595,49
(=) Constituições/Reversões de Fundos			2.656.328,50
PROGRAMA ADMINISTRATIVO			
(+) Recursos Oriundos de Outros Programas	2.467.045,61	702.421,05	4.133.337,59
(+) Receitas 1.671,07	532,88		3.700,78
(-) Despesas	(2.313.518,00)	(672.583,28)	(4.137.038,37)
(+/-) Resultado dos Invest. Administrativos	537.797,18	80.574,23	-
(=) Constituições/Reversões de Fundos	692.995,86	110.944,88	(0,00)
PROGRAMA DE INVESTIMENTOS			
(+/-) Renda Fixa	12.362.079,37	4.138.176,51	640.595,49
(+/-) Renda Variável	5.219.156,40	1.969.764,29	-
(+/-) Investimentos Imobiliários	999.843,56	377.351,49	-
(+/-) Operações com Participantes	723.415,95	52.006,43	-
(+/-) Outros Investimentos	-	-	-
(-) Custeio Administrativo	(1.706.437,59)	(658.190,27)	-
(+/-) Resultados Receb./Transf.p/Outros Programas	(17.423.685,25)	(5.861.784,68)	(640.595,49)
(=) Constituições/Reversões de Fundos	174.372,44	17.323,77	-

Carlos Magno Ramos

Diretor Superintendente

CPF.: 367.575.197-04

Jacques Mendes Meyohas

Diretor Administrativo e Financeiro

CPF.: 893.164.107-97

João Gonçalves Barbosa Neto

Diretor de Assistência

CPF.: 227.184.607-25

Halan Harlens Pacheco de Morais

Diretor de Previdência

CPF.: 035.393.417-81

Luis Pereira de Freitas

Contador

CRC.: RJ 034.521/O-9

CPF.: 215.018.587-34



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 (valores expressos em milhares de reais exceto quando mencionado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O INSTITUTO OSWALDO CRUZ DE SEGURIDADE SOCIAL – FioPrev é uma entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, que obedece às normas expedidas pelo Ministério da Previdência Social – MPS, através da Secretaria de Previdência Complementar – SPC e do Conselho de Gestão da Previdência Complementar – CGPC, e às resoluções específicas do Conselho Monetário Nacional, estando sob o regime definido pelas Leis Complementares nº 108 e 109, ambas de 29 de maio de 2001.

Constituído em 1984, como pessoa jurídica de direito privado, e aprovado em 1985 pela então Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência e Assistência Social, o Instituto iniciou suas operações em 1987. Tem por objetivo suplementar a aposentadoria dos funcionários de suas patrocinadoras, a Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ e o próprio FioPrev, e assegurar, em caso de morte, o pagamento de pecúlio e de pensão a seus beneficiários.

Com o apoio da Fiocruz, em 1993, o FioPrev iniciou a operação de um plano de saúde na modalidade de autogestão, o FioSaúde, com o objetivo de assegurar aos participantes e seus familiares assistência médica e hospitalar de qualidade a preços inferiores aos praticados pelo mercado.

Os recursos de que a entidade dispõe para o cumprimento de seus objetivos são representados por contribuições de suas patrocinadoras e seus participantes, bem como de rendimentos resultantes das aplicações dessas contribuições, que obedecem às regras fixadas pela Resolução CMN nº 3.456/2007 revogada na sua totalidade pela Resolução CMN nº 3792, de 24 de setembro de 2009, publicada no DOU de 28 de setembro de 2009

A entidade aplica seus recursos financeiros integralmente no país e não distribui lucro ou participações de seus resultados. A escrituração contábil é centralizada em sua sede e está registrada em livros obrigatórios, revestida das formalidades legais, capazes de assegurar sua exatidão.

A adaptação dos regulamentos dos planos de benefícios previdenciários às Leis 108 e 109/2001, e posteriormente à Resolução CGPC nº 19/2006, ainda não foi aprovada pela SPC.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade e seguem as normas e procedimentos contábeis estabelecidos na Resolução CGPC nº 5, de 30 de janeiro de 2002 e suas alterações.

Estas normas apresentam, como principal característica, a segregação dos registros contábeis em quatro programas que formam um conjunto de informações consistentes e transparentes, segundo a natureza e a finalidade das transações, compreendendo programas-fim (Previdencial e Assistencial) e programas-meio (Administrativo e de Investimentos).

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

As principais práticas adotadas pela entidade são resumidas a seguir:

- Os recursos coletados e utilizados, as receitas e despesas, as rendas/variações positivas e as deduções/variações negativas são registrados segundo o princípio da competência.
- Os saldos do fluxo financeiro são derivados das variações ocorridas na movimentação das rubricas, nos respectivos programas Previdencial, Assistencial, Administrativo e de Investimentos, no decorrer do exercício.
- Os fundos de investimentos exclusivos são registrados pelo custo de aquisição, deduzidas as despesas diretas incorridas, refletidas na cota diária, e ajustado ao valor de mercado com base na variação média diária.
- As ações adquiridas no mercado à vista são registradas pelo custo de aquisição, acrescidas das despesas diretas de corretagem e outras taxas incidentes, ajustadas ao valor de mercado, com base na cotação de fechamento das ações no último dia do mês que a ação tenha sido negociada na Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA), conforme Resolução CGPC nº 25, de 30 de junho de 2008. A variação ocorrida na comparação entre os valores registrados na contabilidade e os de mercado é reconhecida diretamente ao resultado. Os dividendos e juros sobre capital próprio são reconhecidos ao resultado pelo regime de competência.
- Os investimentos imobiliários estão demonstrados ao custo de aquisição, reavaliados em período não superior a três anos e depreciados (exceto terrenos) pelo método linear, à taxa de 2% ao ano ou às taxas correspondentes ao tempo de vida útil remanescente, com base nos laudos técnicos de avaliação.
As instalações são demonstradas ao custo de aquisição e depreciadas pelo método linear à taxa de 10% ao ano.
- As operações com participantes referem-se aos empréstimos, incluídas as parcelas referentes ao principal, à atualização monetária e aos juros até a data do balanço.
- Os bens que constituem o Permanente - Imobilizado estão registrados ao custo de aquisição e são depreciados pelo método linear às taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil, conforme determinado no Anexo E - Normas de Procedimentos Contábeis da Resolução CGPC nº 10/2002.

% ao ano

Móveis e Utensílios	10
Máquinas e Equipamentos	10
Computadores e Periféricos	20

Os gastos com software e reorganização são amortizados à taxa de 20% ao ano e encontram-se registrados no Permanente – Diferido.

- Os registros das despesas administrativas são realizados por meio de sistema de alocações diretas, combinadas com rateios de despesas comuns à administração previdencial e de investimentos.
- A provisão para créditos de liquidação duvidosa está constituída com base na Resolução CGPC nº 05, de 30 de janeiro de 2002 e suas alterações, que determinam a constituição de provisão escalonada equivalente a 25% para atrasos entre sessenta e um dias e cento e vinte dias, 50% para atrasos entre cento e vinte e um dias e duzentos e quarenta dias, 75% para atrasos entre duzentos e quarenta e um dias e trezentos e sessenta dias e 100% para atrasos superiores a trezentos e sessenta dias.

- As transferências interprogramas do resultado líquido do programa de Investimentos para os programas Previdencial e Administrativo são efetuadas proporcionalmente ao patrimônio líquido de cada programa, com base no mês anterior.

No programa Previdencial a rubrica Custeio Administrativo registra o valor transferido para a cobertura do respectivo custo com a operacionalização de suas atividades.

As transferências do programa Assistencial para o programa Administrativo, cuja finalidade é a cobertura das despesas administrativas relacionadas à atividade assistencial (FioSaúde), são efetuadas através de contas próprias. As transferências do Programa de Investimentos para o Programa Assistencial são efetuadas de acordo com os resultados obtidos com os recursos provenientes do próprio Programa Assistencial.

4. PROGRAMA PREVIDENCIAL

4.1 CUSTEIO – PLANO BD-FioPrev

O plano de custeio vigente, estabelecido pelo atuário, considerou os seguintes pressupostos:

4.1.1 – Para o conjunto de Benefícios

- Participantes

Contribuições mensais, cujos montantes variam de acordo com os salários reais de contribuição e de taxas progressivas, de maneira a manter a paridade contributiva entre Patrocinador e os Participantes (Emenda Constitucional nº 20/1998).

- Patrocinador

Contribuições, apuradas com base na contribuição dos Participantes, Ativos e Assistidos, de modo a ser observada a paridade contributiva de que trata a Emenda Constitucional nº 20/98.

- Assistidos

Contribuições mensais de 5% sobre o valor do Benefício.

4.2 CUSTEIO – PLANO BD-RJU

O Plano foi criado após a instituição do Regime Jurídico Único – RJU pela Lei 8.112/90. Com o recebimento do Ofício nº 509/SPC/DEFIS, de 07/03/2007, que determinou a cessação imediata do repasse das contribuições da Patrocinadora Fiocruz, bem como a interrupção da concessão de novos benefícios, aos participantes abrangidos por este regime, assim como as pensões daí decorrentes, o FioPrev passou a receber apenas as contribuições dos participantes.

Pelo Ofício nº 2.733/SPC/DEFIS, de 08/08/2007, o FioPrev foi autorizado a conceder benefícios de risco (pecúlio e suplementação de aposentadoria por invalidez proporcional) uma vez que estes são inteiramente custeados pelos participantes.

O custeio estabelecido pelo atuário considerou os seguintes pressupostos:

4.2.1 – Para o conjunto de Benefícios

- Participantes

Contribuições mensais de 1% sobre os respectivos Salários de Participação.

- Autopatrocinados

Contribuições mensais de 1% sobre os respectivos Salários de Participação e paritariamente as contribuições que seriam de responsabilidade da patrocinadora (estas suspensas por determinação do Ofício nº 509/SPC/DEFIS de 07/03/07).

- Patrocinador

Contribuições mensais em valores idênticos aos dos Participantes (Suspensas por determinação do Ofício nº 509/SPC/DEFIS de 07/03/07).

- Assistidos

Contribuições mensais de 5% sobre o valor do Benefício. O saldo desta rubrica está apresentado no quadro da página seguinte e compreende basicamente as contribuições relativas ao mês de dezembro, cujo repasse ao Instituto deverá ocorrer no mês de janeiro do exercício seguinte.

Descrição	Exercícios findos em	
	31/12/09	31/12/08
Contribuições normais	839	745
Patrocinadoras	4	9
FIOCRUZ	-	4
FioPrev	4	5
Participantes	826	729
Autofinanciados	9	7
Contribuições normais em atraso	99	71
Participantes	98	69
Autofinanciados	1	2
Outros Recursos a Receber	3	-
Utilizações Futuras	1	2
Total do Programa Previdencial	942	818

5. PROGRAMA ASSISTENCIAL

Neste grupo, estão registrados os recursos a receber de contribuições assistenciais, normais e em atraso, das patrocinadoras e dos participantes.

Em dezembro de 2009 foi registrada a provisão do recebimento de uma complementação orçamentária da patrocinadora, equivalente a R\$ 7.500, conforme Decreto de 15 de dezembro de 2009, publicado na edição extra de 15 de dezembro de 2009 do DOU.

O saldo do programa, em 31/12/2008, estava assim constituído:

Descrição	Exercícios findos em	
	31/12/09	31/12/08
Contribuições normais	10.391	2.428
Patrocinadoras	7.500	-
Participantes	2.747	2.318
Autofinanciados	144	110
Contribuições normais em atraso	23	69
Participantes	7	49
Autofinanciados	16	20
Total do Programa Assistencial	10.414	2.497

6. PROGRAMA DE INVESTIMENTOS

6.1. PROGRAMA PREVIDENCIAL

Em 31 de dezembro de 2009 e 2008, os recursos garantidores do exigível atuarial, em consonância com a Resolução CMN nº 3.456/2007, revogada na sua totalidade, pela Resolução CMN nº 3.792, de 24 de setembro de 2009, publicada no DOU de 28 de setembro de 2009, estão registrados conforme quadro demonstrativo abaixo.

DEMONSTRATIVO DA COMPOSIÇÃO CONSOLIDADA DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS		
Descrição	Exercícios findos em	
	31/12/09	31/12/08
Renda Fixa	161.916	144.967
Títulos de Responsabilidade do Governo Federal	62.616	56.719
Aplicações em Instituições Financeiras	48.227	40.925
Títulos de Empresas	51.073	47.323
Renda Variável	15.038	8.517
Mercado de Ações	15.038	8.517
Investimentos Imobiliários	3.008	1.938
Terrenos	1.007	418
Edificações	2.001	1.520
Direitos em Alienações	-	-
Operações com Participantes	5.203	6.789
Empréstimos	5.203	6.789
Total do Programa de Investimentos	185.165	162.211

6.1.1 – Títulos e Valores Mobiliários

Conforme descrito na Política de Investimentos, o gerenciamento do risco de liquidez é uma preocupação constante e, como prudência, são mantidos recursos marcados a mercado suficientes para honrar os compromissos previdenciários no curto prazo. O total de recursos marcados a mercado, em 31.12.2009, R\$ 100.485, representava 62,06% da carteira de renda fixa.

Atendida a necessidade de liquidez e, em função da alta volatilidade das taxas de juros que gerou, no ano de 2009, fortes oscilações na rentabilidade dos ativos de renda fixa, o FioPrev decidiu manter marcados na curva os títulos públicos comprados no período. Os títulos privados, em particular, as Cédulas de Crédito Bancário (CCB) e Cédulas de Crédito Imobiliário (CCI), também foram mantidas dessa forma por suas próprias características. O total de recursos marcados na curva, em 31/12/2009, R\$ 61.431, representava 37,94% da carteira de renda fixa.

Títulos e Valores Mobiliários	Marcação na Curva		Marcação a Mercado	
	31/12/09	31/12/08	31/12/09	31/12/08
Títulos Públicos				
Notas do Tesouro Nacional	21.073	20.124	41.543	36.595
Subtotal	21.073	20.124	41.543	36.595
Títulos Privados				
Certificados de Depósitos Bancários	-	-	5.084	-
Cédula de Crédito Bancário	10.695	15.792	-	-
Cédula de Crédito Bancário	12.100	-	-	-
Debêntures	17.563	19.944	10.715	11.587
Depósito a Prazo c/ Garantia Especial	-	-	14.775	-
Subtotal	40.358	35.736	30.574	11.58
Fundos de Investimento				
Fundos Exclusivos	-	-	28.368	40.925
Subtotal	-	-	28.368	40.925
Total	61.431	55.860	100.485	89.107

Em 31 de dezembro de 2009, o FioPrev possuía títulos e valores mobiliários na carteira própria no montante de R\$ 161.916 mil. Em 31 de dezembro de 2008 este valor era de R\$ 144.967 mil.

6.1.2 – Composição dos Títulos

Títulos e Valores Mobiliários	Gestão Terceirizada	Carteira Própria	Saldo 31/12/09	Gestão Terceirizada	Carteira Própria	Saldo 31/12/08
Títulos Públicos						
Notas do Tesouro Nacional	-	62.616	62.616	-	56.719	56.719
Subtotal	-	62.616	62.616	-	56.719	56.719
Títulos Privados						
Certificado de Depósitos Bancários	-	5.084	5.084	-	-	-
Debêntures	-	10.695	10.695	-	15.792	15.792
Certificado de Crédito Bancário	-	12.100	12.100	-	-	-
Debêntures	-	28.278	28.278	-	31.531	31.531
Depósito a Prazo c/ Garantia Especial	-	14.775	14.775	-	-	-
Subtotal	-	70.932	70.932	-	47.323	47.323
Fundos de Investimento						
Fundos Exclusivos	28.368	-	28.368	40.925	-	40.925
Subtotal	28.368	-	28.368	40.925	-	40.925
Mercado de Ações						
A Vista	-	-	-	-	8.517	8.517
Subtotal	-	-	-	-	8.517	8.517
Total	28.368	133.548	161.916	40.925	112.559	153.484

6.1.3 – Classificação dos Títulos por vencimento

Títulos Públicos	31/12/2009				
	Até 01 ano	01 a 05 anos	05 a 10 anos	Acima de 10 anos	Total
Notas do Tesouro Nacional	-	-	23.734	38.882	62.616
Subtotal - R\$	-	-	23.734	38.882	62.616
Títulos Privados					
Certificados de Depósitos Bancários	5.084	-	-	-	5.084
Cédula de Crédito Bancário	-	10.695	-	-	10.695
Cédula de Crédito Imobiliário	-	-	12.100	-	12.100
Debênture	9.372	18.906	-	-	28.278
Depósito a Prazo c/ Garantia Especial	7.491	7.284	-	-	14.775
Subtotal - R\$	21.947	36.885	12.100	-	70.932
Total	21.947	36.885	35.834	38.882	133.548

Títulos Públicos	31/12/2008				
	Até 01 ano	01 a 05 anos	05 a 10 anos	Acima de 10 anos	Total
Notas do Tesouro Nacional	-	-	22.286	34.433	56.719
Subtotal - R\$	-	-	22.286	34.433	56.719
Títulos Privados					
Certificados de Depósitos Bancários	-	-	-	-	-
Certificados de Créditos Bancários	-	8.290	7.502	-	15.792
Debêntures	2.926	28.605	-	-	31.531
Subtotal - R\$	2.926	36.895	7.502	-	47.323
Total	2.926	36.895	29.788	34.433	104.042

Os títulos são registrados pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço.



6.1.4 – Investimentos Imobiliários

Edifício Morumbi Square 11º Andar - De acordo com o que determinam as Resoluções CMN nº 3792, de 24 de setembro de 2009, e a Resolução CGPC nº 05, de 30 de janeiro de 2002, que dispõe sobre a obrigação de reavaliação da carteira imobiliária a cada três anos, em dezembro de 2009 foi realizada a referida reavaliação do imóvel constante da carteira, tendo em vista que a última reavaliação ocorreu em dezembro de 2006. A próxima reavaliação deverá ocorrer até dezembro de 2012.

O Laudo de Avaliação do imóvel foi elaborado pela empresa UrbanoMétrica Ltda., considerando o Grau III de Fundamentação e Precisão, assim como os procedimentos técnicos empregados que atenderam às diretrizes das Normas ABNT NBR 14653-1:2001 e ABNT NBR 14653-2:2004, da Associação Brasileira de Normas Técnicas.

Resumo da Reavaliação Da Carteira - 2009

IMÓVEL	Data base	Registro Contábil	Resultado da Reavaliação	Valores Reavaliados
Morumbi Square	12/2009	12/2009	1.122	2.940

6.1.5 – Operações com Participantes

As operações com participantes estão suspensas por determinação do Conselho Deliberativo, após conhecimento da Resolução CMN nº 3792, de 24 de setembro de 2009, que determina que os contratos devem conter cláusula de consignação de reserva de poupança.

As provisões para perdas, constituídas em 31 de dezembro de 2009 e de 2008 consideraram os critérios definidos pela Resolução CGPC nº 05/2002, e foram determinadas em função da verificação de atraso no recebimento da parcela do valor principal e os seus respectivos encargos.

No quadro abaixo está demonstrada a composição das Operações com Participantes contemplando os saldos em 31 de dezembro de 2009 e 2008, representados pelo somatório dos empréstimos concedidos e as provisões para perdas.

Descrição	Exercícios findos em	
	31/12/09	31/12/08
Empréstimos	11.125	11.880
Provisão de Perdas	(5.922)	(5.091)
Total	5.203	6.789

6.1.6 – Administração dos Investimentos

O Instituto mantém contrato com o Banco Bradesco, credenciado na Comissão de Valores Mobiliários, para atuar como agente custodiante e responsável pelo fluxo de pagamentos e recebimentos relativos às operações nos segmentos de renda fixa e renda variável. A gestão dos investimentos é exercida pela própria Entidade, observando o que dispõe sua Política de Investimento, devidamente aprovada pelo Conselho Deliberativo.

6.1.6.1 – Rentabilidade das Carteiras

A rentabilidade auferida pela carteira de investimentos, apurada pela RiskOffice através do método de cotas, pode ser assim demonstrada:

Segmento de Aplicação	Exercícios findos em	
	31/12/09	31/12/08
Renda Fixa	10,09%	10,89%
Renda Variável	91,47%	-46,40%
Imóveis	80,08%	7,92%
Empréstimos	9,13%	5,74%
Consolidado (*)	15,96%	2,38%

(*) A meta atuarial (INPC + 6%a.a) do exercício de 2009 fechou em 10,36%, em 2008 foi de 12,87%.

6.2 – PROGRAMA ASSISTENCIAL

DEMONSTRATIVO DA COMPOSIÇÃO CONSOLIDADA DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS

Descrição	Exercícios findos em	
	31/12/09	31/12/08
Renda Fixa	5.596	9.786
Títulos de Responsabilidade do Governo Federal	-	-
Aplicações em Instituições Financeiras	5.596	9.786
Títulos de Empresas	-	-
Total do Programa de Investimentos	5.596	9.786

6.2.1 – Composição dos Títulos

	31/12/2009			31/12/2008		
	Gestão Tercerizada	Carteira Própria	Saldo	Gestão Tercerizada	Carteira Própria	Saldo
Títulos Privados						
Certificado de Depósitos Bancários	-	2.157	2.157	-	8.280	8.280
Subtotal	-	2.157	2.157	-	8.280	8.280
Fundo de Investimentos						
Fundos Abertos	3.439	-	3.439	1.506	-	1.506
Subtotal	3.439	-	3.439	1.506	-	1.506
Total	3.439	2.157	5.596	1.506	8.280	9.786

7. PERMANENTE

Compõem-se pelo Imobilizado, que representa os bens utilizados no desempenho das atividades sociais do FioPrev, e pelo Diferido, que são os gastos com aquisição de softwares e instalações em imóveis de terceiros.

A depreciação do Imobilizado e a amortização de Diferido seguem as determinações da Res. CGPC 05/2002, conforme item 3, letra h, e estão demonstradas no quadro abaixo.

Ativo Permanente	Exercícios findos em	
	31/12/09	31/12/08
Permanente	321	332
Imobilizado	271	246
Móveis e Utensílios	58	63
Máquinas e Equipamentos	59	71
Aparelhos Cinematográficos	3	5
Computadores e Periféricos	135	100
Ventiladores e Refrigeradores de Ar	16	7
Diferido	50	86

8. EXIGÍVEL OPERACIONAL

O Exigível Operacional está subdividido nos programas Previdencial, Assistencial, Administrativo e de Investimentos, e registra as obrigações decorrentes das operações do Instituto.

No programa Previdencial estão registrados os compromissos a pagar com benefícios de pagamento único, devoluções de reserva de poupança e outras exigibilidades, conforme descrito no quadro a seguir:

Descrição	2009	2008
Benefício de Renda Continuada	62	-
Benefício de Pagamento Único	428	274
Devolução de Reserva de Poupança	22	11
Outras Exigibilidades	33	48
Total	545	333

No programa Assistencial estão registrados os compromissos a pagar com a rede credenciada, assim como as retenções a recolher e as provisões técnicas (garantias financeiras), exigidas pela Agência Nacional de Saúde Complementar - ANS.

No quadro abaixo estão representados os valores relativos aos compromissos assumidos:

Descrição	2009	2008
Rede Credenciada	4.732	4.980
Tributos a Recolher	195	232
Garantias Financeiras	2.924	1.430
Total	7.851	6.642

No programa Administrativo estão registrados os compromissos a pagar pertinentes à administração do respectivo programa, conforme descrito no quadro abaixo:

Descrição	2009	2008
Pessoal e Encargos	192	189
Provisões Trabalhistas	324	255
Outras Despesas a Pagar	121	71
Outras Exigibilidades	244	223
Total	881	738

No programa de Investimentos estão registrados os compromissos a pagar relativos às liberações de empréstimos ocorridas no final do exercício, cuja liquidação financeira ocorrerá no início do exercício subsequente, conforme quadro abaixo:

Descrição	2009	2008
Operações com Participantes	0	81

9. EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

Representam os valores relativos aos registros das provisões relacionadas com os processos cuja expectativa de perda foi considerada provável pelos advogados do FioPrev, que dizem respeito a causas civis referentes ao plano assistencial, conforme quadro abaixo:

Descrição	2009	2009
Contingências	212	212

10. EXIGÍVEL ATUARIAL

As provisões matemáticas foram constituídas com base em cálculos atuariais efetuados por atuário externo e encontram-se demonstradas em consonância com a letra (i), item 21, do título IV – Normas Gerais, anexo E, da Resolução CGPC nº 10, de 05 de julho de 2002.

Em outubro de 2009, o FioPrev contratou a Consultoria Atuarial MERCER Consulting Ltda para prestar assessoria atuarial e realizar uma reavaliação atuarial nos seus planos de benefícios. A MERCER, através do resultado da reavaliação, propôs algumas modificações nas premissas dos planos:

Plano BD-RJU

- Mudança na Tábua de válidos de AT-83M para AT-2000 segregada por sexo;
- Mudança na Tábua de inválidos de AT-49M para AT-83 segregada por sexo;
- Mudança na Tábua de entrada em invalidez Light(Média) para Mercer Disability;
- Redução da Taxa de juros de 6%a.a. para 5%a.a.

Essas mudanças elevaram em R\$ 1.712 as reservas de benefícios concedidos. Atualmente como o plano BD-RJU somente concede benefícios no Regime Financeiro de Repartição e Métodos Simples e Capital de Cobertura, as provisões matemáticas dos benefícios a conceder equivalentes a R\$ 24.066 foram na sua totalidade revertidas para o superávit técnico do plano.

Plano BD-FIOPREV

- Mudança na Tábua de válidos de AT-2000M para AT-2000 segregada por sexo.

Essa mudança na Tábua de válidos agregada com a nova avaliação atuarial acarretou numa elevação em R\$ 1.482 nas reservas de benefícios concedidos. A Consultoria também trouxe uma proposta de mudança no método do atual Crédito Unitário Projetado para o Agregado em função da atual massa deste plano e do superávit técnico acumulado. Esta proposta será remetida à PREVIC para avaliação.

No quadro abaixo está demonstrada a composição consolidada do Passivo Atuarial dos planos administrados pelo FioPrev em 31 de dezembro de 2009 e 2008.

Descrição	Exercícios findos em	
	31/12/09	31/12/08
Provisões Matemáticas		
Benefícios Concedidos	38.001	35.177
Benefícios do Plano	38.001	35.177
CLT	7.879	6.814
RJU	30.122	28.363
Benefícios a Conceder	9.172	29.590
Benefícios do Plano com a Geração Atual	15.106	33.816
Plano de Benefício Definido	15.106	33.816
CLT	15.106	12.928
RJU	-	20.888
(-) Outras Contribuições da Geração Atual	(5.934)	(4.226)
Total do Exigível Atuarial	47.173	64.767

As avaliações atuariais de 2009 e 2008 foram efetuadas tomando a base de cadastro de julho de 2009 e de outubro de 2008, respectivamente.

11. RESERVAS E FUNDOS

11.1 – Equilíbrio Técnico

Registra os valores relativos aos Resultados Realizados, apurados anualmente, na indicação de Superávit Técnico, que serão destinados à formação de Reserva de Contingência, limitada a 25% do valor das Provisões Matemáticas, sendo o excedente, se houver, destinado à formação da Reserva para Revisão de Plano (Reserva Especial), conforme determina o artigo 20 da Lei Complementar 109, de 29 de maio de 2001.

No quadro abaixo está demonstrada a composição consolidada do Equilíbrio Técnico em 31 de dezembro de 2009 e 2008.

Descrição	Exercícios findos em	
	31/12/09	31/12/08
Equilíbrio Técnico		
Resultados Realizados	71.930	39.845
Superávit Técnico Acumulado	71.930	39.845
Reserva de Contingência	11.793	16.084
Reserva para Revisão do Plano	60.137	23.761

Na Reserva para Revisão de Plano está contemplada a reversão das provisões matemáticas dos benefícios a conceder do plano BD-RJU, de acordo com a avaliação atuarial do exercício.

No quadro a seguir está demonstrada a composição da rubrica Resultados Realizados, em 31 de dezembro de 2009 e 2008.

Descrição	Exercícios findos em	
	31/12/09	31/12/08
Resultado positivo do Programa Previdencial	35	176
Resultado positivo do Programa de Investimentos	22.667	1.718
Custeio Administrativo	(805)	(654)
Constituição/Reversão de Provisões Atuariais	17.594	20
Constituição/Reversão de Fundos	(7.405)	(295)
(=) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	32.086	965

11.2 – Fundos

11.2.1 – Fundo Previdencial

Constituído em 31 de dezembro de 2007, de acordo com a avaliação atuarial elaborada pela consultoria atuarial externa JESSÉ MONTELLO Serviços Técnicos em Atuarial e Economia Ltda., no montante de R\$ 52.614, com atualização monetária pela rentabilidade dos investimentos.

Descrição	31/12/09	31/12/08
Fundo Previdencial	60.315	52.909

11.2.2. Programa Assistencial

Constituído com base no excedente verificado na apuração do resultado do programa assistencial, com a finalidade de suprir eventuais necessidades de cobertura de despesas, possibilitando a manutenção dos serviços assistenciais.

Sua remuneração se dá de acordo com os resultados obtidos com os recursos provenientes do próprio Programa Assistencial.

Descrição	31/12/09	31/12/08
Fundo Assistencial	8.414	5.758

11.2.3. Programa Administrativo

Constituído com base no excedente verificado na apuração do resultado do programa administrativo, com a finalidade de suprir eventuais necessidades de cobertura para a manutenção dos serviços administrativos.

Sua remuneração se dá com base no resultado dos investimentos, sendo calculado e transferido de forma proporcional ao patrimônio líquido do programa, do mês anterior.

Descrição	31/12/09	31/12/08
Fundo Administrativo	5.797	4.993

11.2.4. Programa de Investimentos

Constituído para fazer face à quitação dos empréstimos concedidos aos participantes na eventualidade do seu falecimento ou inadimplência.

Descrição	31/12/09	31/12/08
Fundo de Investimentos	1.300	1.109

12. CUSTEIO ADMINISTRATIVO

Na avaliação atuarial do exercício, que define o plano de custeio anual, foi estabelecido que o custeio administrativo será coberto por 15% das contribuições das patrocinadoras, dos participantes e assistidos, máximo previsto na legislação atual (Decreto nº 606 de 20/07/1992). A partir do exercício de 2010 o limite das despesas administrativas seguirá o que determina a Resolução CGPC nº 29/2009, de 31 de agosto de 2009.



As despesas administrativas são apropriadas entre os programas, proporcionalmente ao comprometimento das respectivas atividades relacionadas ao custeio total, com a seguinte composição: programa previdencial 6%, programa assistencial 60% e programa de investimentos 34%. As despesas do programa previdencial são rateadas entre os planos de acordo com o número de participantes de cada um. O rateio das despesas do programa de investimentos entre os planos considera o patrimônio de cada um.

No que se refere ao custeio administrativo, o programa previdencial totalizou R\$ 805 equivalente a 15% das receitas de contribuição, sendo R\$ 761 no Plano BD-RJU e R\$ 44 no Plano BD-FioPrev.

O programa assistencial totalizou R\$ 4.133, correspondentes a parcela das despesas administrativas absorvidas na administração do respectivo programa.

O programa de investimentos totalizou R\$ 2.365 representando a parcela das despesas administrativas envolvidas na sua administração.

Nesse contexto, as despesas administrativas totalizaram R\$ 7.123 contra os recursos oriundos de outros programas equivalentes a R\$ 7.303 apresentando uma variação de R\$ 160 absorvida pelo fundo administrativo constituído com essa finalidade, como preceitua o item IV.2.3 da Resolução CGPC nº 10, de 5 de julho de 2002

13. OUTRAS INFORMAÇÕES

13.1 – Parcelamento da dívida expressa no Ofício nº 37/2008/DIR-DIREH

O Termo de Parcelamento ajustado entre o FioPrev e a Fiocruz define a forma de atualização do valor original da dívida, a título de reembolso de remuneração e encargos sociais pela cessão do servidor Carlos Magno Ramos, de acordo com o parágrafo único do artigo 7º da Lei Complementar 108, de 29 de maio de 2001, expressa no Ofício nº 37/2008/DIR-DIREH, assim como, estabelece o prazo de 30 meses para ressarcimento a partir de janeiro/2009.

13.2 – Cédulas de Crédito Bancário da Resul S/A

Resul S/A é uma sociedade anônima, constituída em 03/04/2007 com a finalidade específica de emitir Cédulas de Crédito Bancário – CCB, e adquirir direitos creditórios decorrentes das atividades de saúde da CELSP – Comunidade Evangélica Luterana São Paulo, efetuando a cessão fiduciária desses direitos creditórios aos detentores das cédulas.

No dia 11/02/2008, o FioPrev aplicou R\$ 7.000 em CCBs da Resul S/A, considerando um prazo de 60 meses, a partir da data de emissão das cédulas, com período de carência de 12 meses, e remuneração de IGP-M + 9% aa.

Os pagamentos iniciais aconteceram nas datas previstas, contudo, em função da má gestão dos negócios do grupo CELSP, em especial, na área de saúde, passou-se a conviver com a falta de recursos para liquidação das demais parcelas, gerando a inadimplência que levou os investidores a pedirem o vencimento antecipado dos títulos, em AGE realizada em 15.10.2009.

Parcela	Vencimento	Valor
01	27.02.2009	174
02	27.03.2009	175
Após o Início da Inadimplência, em 27.04.09		
01	24.06.2009	87
Total Recebido		436

Diante do exposto, o FioPrev contratou os serviços da empresa Pinheiro Guimarães – Advogados, para entrar com uma Ação de Execução de Título Executivo Extrajudicial contra a Resul e a CELSP, avalista da operação. Processo no 0394806-34.2009.8.19.0001, na 44ª Vara Cível do Foro Central da Comarca da Capital do Rio de Janeiro, cujo valor total da causa é de R\$ 9.300.



Foto: Carl Dwyer / sxc.hu

Parecer atuarial - Plano BD/FioPrev

Demonstrativo dos resultados da avaliação atuarial do plano de benefícios / plano BD-FioPrev

RESULTADO DA AVALIAÇÃO ATUARIAL		VALORES
24	ATIVO LÍQUIDO DO PLANO:	R\$ 48.187.073,37
25	RESERVAS MATEMÁTICAS:	R\$ 17.051.088,62
26	BENEFÍCIOS CONCEDIDOS:	R\$ 7.879.341,00
27	Benefícios do Plano:	R\$ 7.879.341,00
28	Contribuição da Patrocinadora sobre os Benefícios:	R\$ 0,00
29	Outras Contribuições da Geração Atual:	R\$ 0,00
30	Outras Contribuições das Gerações Futuras:	R\$ 0,00
31	BENEFÍCIOS A CONCEDER:	R\$ 9.171.747,62
32	Benefícios do Plano com a Geração Atual:	R\$ 15.106.027,86
33	Contribuições da Patrocinadora sobre Benefícios da Geração Atual:	R\$ 0,00
34	Outras Contribuições da Geração Atual:	R\$ 5.934.280,24
35	Benefícios do Plano com as Gerações Futuras:	R\$ 0,00
36	Contribuições sobre Benefícios com as Gerações Futuras:	R\$ 0,00
37	Outras Contribuições das Gerações Futuras:	R\$ 0,00
38	RESERVA A AMORTIZAR:	R\$ 0,00
39	Pelas Contribuições Especiais Vigentes:	R\$ 0,00
40	Por Ajustes das Contribuições Especiais Vigentes:	R\$ 0,00
41	DÉFICIT TÉCNICO:	R\$ 0,00
42	SUPERÁVIT TÉCNICO:	R\$ 31.135.984,75
43	RESERVA DE CONTINGÊNCIA:	R\$ 4.262.772,16
44	RESERVA PARA AJUSTES DO PLANO:	R\$ 26.873.212,59

RESULTADO DA AVALIAÇÃO ATUARIAL	VALORES	
45	Aposentadorias:	18,25%
46	Invalidez:	2,09%
47	Pensão por Morte:	0,68%
48	Auxílio-Doença:	0,96%
49	Pecúlio por Morte:	1,62%
50	Resgate:	0,00%
51	Outros Benefícios:	0,00%
52	Outros Benefícios:	0,00%
53	Outros Benefícios:	0,00%
54	Total de Benefícios:	23,60%
55	Suplementar:	0,00%
56	Amortização do Déficit:	0,00%
57	Administração:	0,00%
58	Total:	23,60%
RESULTADO DA AVALIAÇÃO ATUARIAL	CONTRIBUIÇÕES	
59	PATROCINADORES:	2,75%
60	Normal:	2,75%
61	Amortizante:	0,00%
62	PARTICIPANTES ATIVOS:	2,75%
63	Normal:	2,75%
64	Amortizante:	0,00%
65	PARTICIPANTES ASSISTIDOS:	5,00%

RESULTADO DA AVALIAÇÃO ATUARIAL – OBSERVAÇÕES

(1) O Ativo Líquido do Plano não inclui os valores dos Fundos dos Programas Administrativo e de Investimentos que, em 31/12/2009 montavam, respectivamente, as quantias de R\$ 961.581,69 e R\$ 339.773,74.

(2) Observamos que deve ser considerada a classificação das provisões matemáticas constantes do Parecer Atuarial, uma vez que a nomenclatura do DRAA ainda não está adaptada à Resolução CGPC nº 05, de 30/01/2002 e nº 10, de 05/07/2002.

(3) Os participantes assistidos contribuem com 5% sobre o valor do benefício de aposentadoria.



HIPÓTESES ATUARIAIS

HIPÓTESES ATUARIAIS

A.1.a Indexador do Plano (Reajuste dos Benefícios):	INPC (IBGE)
A.1.b Taxa Real Anual de Juros:	5,0000%
A.2 Projeção de Crescimento Real de Salário:	3,0000%
A.3 Projeção de Crescimento Real do Maior Salário de Benefício do INSS:	0,0000%
A.4 Projeção de Crescimento Real dos Benefícios do Plano:	0,0000%
A.5 Fator de Determinação do Valor Real ao Longo do Tempo dos Salários:	1,0000
A.6 Fator de Determinação do Valor Real ao Longo do Tempo dos Benefícios da Entidade:	1,0000
A.7 Fator de Determinação do Valor Real ao Longo do Tempo dos Benefícios do INSS:	1,0000
A.8 Hipóteses sobre gerações Futuras de Novos Entrados:	Não utilizada
A.9.a Hipóteses sobre Rotatividade (percentual):	0,0000
A.9.b Descrição das Hipóteses sobre Rotatividade:	Hipótese nula
A.10.a Tábua Mortalidade Geral:	AT-2000
A.10.b Observação sobre a Tábua de Mortalidade Geral:	Tábua segregada por sexo
A.11.a Tábua Mortalidade de Inválidos:	AT-83
A.11.b Observação sobre a Tábua de Mortalidade de Inválidos:	Tábua segregada por sexo
A.12.a Tábua Entrada em Invalidez:	LIGHT
A.12.b Observação sobre a Tábua de Entrada em Invalidez:	Light Média
A.13 Outras Tábuas Biométricas Utilizadas:	Não há
A.14 Hipóteses sobre Composição de Família de Pensionistas:	Não aplicável. Foi utilizada a composição real da família dos pensionistas
<p>A.15 Outras Hipóteses não Referidas Anteriormente:</p> <p>Idade de Entrada de Aposentadoria: 100% dos Participantes se aposentam na 1ª. Elegibilidade a um benefício pleno.</p> <p>Hipótese de composição familiar:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Antes da aposentadoria: foi utilizada a composição familiar adotada pelo atuário anterior; - Após a aposentadoria: Idade real do cônjuge para os aposentados e a composição familiar real para os pensionistas. 	

A.41 Observações:

- (1) Os campos de A.16 a A.19 não incluem os participantes autopatrocinados.
- (2) O campo A.2 2 não inclui os pensionistas.
- (3) O campo A.19 corresponde ao Salários Real de Benefício médio em 31/07/2009;
- (4) No campo A.23 foi informada a folha de Salários Real de Benefício anualizada, considerando 13 salários ao ano, sem considerar os participantes autopatrocinados.
- (5) No campo A.33 foi informada a quantidade de grupos familiares de pensionistas.
- (6) Foram informados os valores nominais de salários e benefícios da data base dos dados, ou seja, não estão com pico e capacidade.
- (7) Os campos A.28, A.31. e A.34 consideram o Benefício Saldado.

INFORMAÇÕES GERAIS

A.16 Quantidade de Participante Ativo do Sexo Feminino:	39
A.17 Quantidade de Participante Ativo do Sexo Masculino:	26
A.18 Tempo Médio de Filiação ao Plano:	10,20
A.19 Salário de Participação Médio:	R\$ 3.134,10
A.20 Quantidade de Participantes Autopatrocinados:	2
A.21 Idade Média de Participantes Autopatrocinados:	43,23
A.22 Quantidade de Participantes Assistidos:	68
A.23 Folha de Salário de Participação:	R\$2.648.318,01
A.24 Quantidade de Aposentadorias Especiais:	0
A.25 Complementação Média de Aposentadorias Especiais:	R\$ 0,00
A.26 Idade Média de Aposentadorias Especiais:	0,00
A.27 Quantidade de Aposentadorias:	63
A.28 Complementação Média de Aposentadorias:	R\$ 657,13
A.29 Idade Média de Aposentadorias:	81,85
A.30 Quantidade de Aposentadorias por Invalidez:	5
A.31 Complementação Média de Aposentadorias por Invalidez:	R\$ 591,85
A.32 Idade Média de Aposentadorias por Invalidez:	69,39
A.33 Quantidade de Pensões:	43
A.34 Complementação Média das Pensões:	R\$ 577,69
A.35 Quantidade de Benefícios Diferidos:	8
A.36 Complementação Média de Benefícios Diferidos:	R\$ 441,87
A.37 Quantidade de Outros Benefícios Vitalícios (1):	0
A.38 Complementação Média de Outros Benefícios Vitalícios (1):	R\$ 0,00
A.39 Quantidade de Outros Benefícios Vitalícios (2):	0
A.40 Complementação Média de Outros Benefícios Vitalícios (2):	R\$ 0,00

Parecer atuarial / plano BD-FioPrev

1. Introdução

Na qualidade de atuários responsáveis pela avaliação atuarial do Plano de Benefícios Definido (Plano CLT) mantido pelo FIO- PREV - Instituto Oswaldo Cruz de Seguridade Social, apresentamos nosso parecer sobre a situação atuarial do citado Plano referente as Patrocinadoras da Entidade em 31 de dezembro de 2009.

2. Posição do Exigível Atuarial e das Reservas e Fundos.

Certificamos que, em 31 de dezembro de 2009, a composição do Exigível Atuarial e das Reservas e Fundos, de acordo com o Plano de Contas previsto na Resolução nº 5, de 30/01/2002, alterada pela Resolução nº 10, de 05/07/2002, é a seguinte:

EXIGÍVEL ATUARIAL	R\$ 17.051.088,62
PROVISÕES MATEMÁTICAS	R\$ 17.051.088,62
BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	R\$ 7.879.341,00
Benefícios do Plano	R\$ 7.879.341,00
Contribuição Definida	R\$ 0,00
Benefício Definido	R\$ 7.879.341,00
BENEFÍCIOS A CONCEDER	R\$ 9.171.747,62
Benefícios do Plano com a Geração Atual	R\$ 15.106.027,86
Contribuição Definida	R\$ 0,00
Benefício Definido	R\$ 15.106.027,86
Outras Contribuições da Geração Atual (-)	(R\$ 5.934.280,24)
PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONSTITUIR (-)	R\$ 0,00
Serviço Passado (-)	R\$ 0,00
Déficit Equacionado (-)	R\$ 0,00
Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias	R\$ 0,00
RESERVAS E FUNDOS	R\$ 32.437.340,18
EQUILÍBRIO TÉCNICO	R\$ 31.135.984,75
RESULTADOS REALIZADOS	R\$ 31.135.984,75
Superávit Técnico Acumulado	R\$ 31.135.984,75
Reserva de Contingência	R\$ 4.262.772,16
Reserva para Revisão do Plano	R\$ 26.873.312,59
Déficit Técnico Acumulado (-)	R\$ 0,00
FUNDOS	R\$ 1.301.355,43
Programa Previdencial	R\$ 0,00
Programa Assistencial	R\$ 0,00
Programa Administrativo	R\$ 961.581,69
Programa de Investimentos	R\$ 339.773,74

Os valores apresentados foram obtidos considerando-se:

(1) O Regulamento do Plano de Benefícios Definido (Plano CLT) vigente em 31 de dezembro de 2009, Plano este que se encontra em manutenção, e cujas principais características estão descritas no item "Características do Plano" do Demonstrativo dos Resultados da Avaliação Atuarial (DRAA);

(2) Os dados individuais, posicionados em 31/07/2009, dos participantes e beneficiários do Plano fornecidos pelo FIO- PREV à Mercer que, após a realização de testes apropriados e devidos acertos efetuados em conjunto com a entidade considerou-os adequados para fins desta avaliação atuarial. Algumas das características da população avaliada encontram-se no item "Informações Gerais" do DRAA.

A análise efetuada pela Mercer na base cadastral utilizada para a avaliação atuarial deste exercício objetiva, única e exclusivamente, a identificação e correção de eventuais distorções na base de dados, não se inferindo dessa análise a garantia de que a totalidade das distorções foram detectadas e sanadas, permanecendo, em qualquer hipótese, com o FIO- PREV a responsabilidade plena por eventuais imprecisões existentes na base cadastral.



(3) A avaliação atuarial procedida com base em hipóteses e métodos atuariais geralmente aceitos, respeitando-se a legislação vigente, as características da massa de participantes e o Regulamento do Plano de Benefícios;

(4) Os dados financeiros e patrimoniais fornecidos pelo FIOPREV à Mercer, bem como os valores dos Fundos dos Programas Administrativo e de Investimentos.

Cabe ressaltar que o Superávit Técnico apurado foi contabilizado na subconta Reserva de Contingência de acordo com o previsto no parágrafo único do Artigo 7º na Resolução CGPC nº 26, de 29/09/2008, sendo, o seu excedente utilizado para constituição de Reserva Especial para Revisão do Plano.

A avaliação atuarial com as premissas de tábua de mortalidade geral AT-2000 e taxa de desconto atuarial de 5% resultou na constituição da Reserva para Revisão de Plano no montante de R\$ 26.873.312,59. A Reserva para Revisão do Plano está constituída há mais de 3 exercícios. Respeitando os termos da Resolução CGPC nº 26, de 29 de setembro de 2008, a Entidade solicitará à PREVIC neste exercício a alteração do método atuarial para o Agregado para avaliação de todos os benefícios do plano para posteriormente definir a utilização desta reserva, uma vez que apesar de o Plano não estar fechado à novas adesões, as entradas de participantes são reduzidas e este método gera mais estabilidade na avaliação do seu custo, que seria nivelado e portanto sujeito à menos oscilações.

Certificamos ainda que, a partir de 1º de janeiro de 2010, a composição do Patrimônio de Cobertura do Plano e dos Fundos deverá ser apresentada de acordo com o Plano de Contas previsto na Resolução CGPC nº 28, de 26/01/2009, e Instrução MPS/SPC nº 34, de 24/09/2009.

3. Hipóteses e Métodos Atuariais Utilizados

As principais hipóteses atuariais e econômicas utilizadas na apuração do Exigível Atuarial foram:

Taxa real de juro (1).....	5,00% a.a.
Projeção de crescimento real de salário (1) (2).....	3,00% a.a.
Projeção de crescimento real do maior salário de benefício do INSS (1).....	0,00% a.a.
Projeção de crescimento real dos benefícios do plano (1).....	0,00% a.a.
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo (salários)	1,00
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo (benefícios)	1,00
Hipótese sobre rotatividade	Nula
Tábua de mortalidade geral (3)	AT-2000
Tábua de mortalidade de inválidos.....	AT-83
Tábua de entrada em invalidez.....	Light (Média)
Outras hipóteses biométricas utilizadas (4)	Ver nota

Observações:

(1) O indexador utilizado é o INPC do IBGE;

(2) A hipótese adotada de crescimento salarial foi definida pelas Patrocinadoras levando em consideração a expectativa de reajustes salariais de longo prazo.

(3) Foi utilizada a tábua AT-2000, segregada por sexo;

(4) Foi assumida a hipótese de que todos os Participantes do Plano vão se aposentar na primeira data de elegibilidade ao benefício.

As hipóteses atuariais utilizadas na presente avaliação atuarial foram fundamentadas por meio de documentação encaminhada pelas Patrocinadoras e por estudos específicos realizados em 31/07/2009, que tomaram como base a população existente nos Planos administrados pelo FIOPREV e também informações do mercado em geral. O detalhamento dos estudos, conforme previsto no item 1.2 da Resolução nº 18/2007 do CGPC, encontra-se arquivado no FIOPREV.

O método atuarial adotado foi o do Crédito Unitário Projetado para a avaliação de todos os benefícios do plano, exceto os benefícios de Auxílio-Doença e Pecúlio por Morte, que foram avaliados pelo método de Repartição Simples.

A tábua de mortalidade geral foi alterada da AT-2000 Masculina para AT-2000, segregada por sexo e a tábua de mortalidade inválidos foi alterada da AT-83 masculina para AT-83 segregada por sexo de acordo com o resultado do estudo.

Em nossa opinião, as hipóteses e métodos utilizados nesta avaliação atuarial com data-base de 31/12/2009 são apropriados e atendem à Resolução nº 18 do CGPC, que estabelece os parâmetros técnico-atuariais para estruturação de plano de benefícios de Entidades Fechadas de Previdência Complementar.

4. Plano de Custeio para o Exercício de 2010

Certificamos que, de acordo com a legislação vigente, as Patrocinadoras e os participantes deverão efetuar contribuições para o Plano de Benefícios Definido (Plano CLT) com base nos seguintes níveis:

Participantes Ativos

Os Participantes Ativos deverão efetuar Contribuição Normal de Participante, conforme plano de custeio vigente, calculada da forma descrita a seguir:

Base de Cálculo	Alíquota	Parcela a deduzir em R\$
½ Teto	2,10%	0,00
½ Teto ao Teto	3,50%	23,92
Teto a 3 vezes Teto	8,40%	191,33

Onde:

“Teto = Teto do Salário de Contribuição do INSS”;

Estas contribuições, a partir da população ativa do Plano na data da avaliação, correspondem, em média, a 2,75% da folha de salários.

Participantes Autopatrocinados

O Participante Autopatrocinado deverá recolher ao Plano, além das contribuições de sua responsabilidade, descritas no item Contribuições de Participantes Ativos, as contribuições que seriam vertidas por sua ex-Patrocinadora ao FIOPREV em decorrência da vinculação do Participante ao Plano.

Participantes em Benefício Proporcional Diferido

Contribuição para cobertura das despesas administrativas nula no exercício de 2010.

Participantes Assistidos

Os Participantes Assistidos efetuarão contribuições equivalentes a 5% do valor do benefício.

Patrocinadora

As Patrocinadoras deverão efetuar Contribuição Normal de Patrocinadora de valor equivalente ao da Contribuição Normal de Participante.

Essas contribuições, a partir da população ativa do Plano na data da avaliação, correspondem, em média, a 2,75% da folha de salários.

Despesas Administrativas

As despesas com a administração do Plano, incluindo as despesas com investimentos, serão custeadas conforme Plano de Gestão Administrativa aprovado pelo Conselho Deliberativo em 17/12/2009.

O plano de custeio apresentado neste Parecer passa a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2010.

5. Limite Legal das Despesas

Em conformidade com o Art. 6º da Resolução CGPC nº29, de 31/08/2009, registramos que o limite anual de recursos destinados para a gestão administrativa pelo conjunto de Planos de Benefícios administrados pelo FIOPREV, que são vinculados à Lei Complementar n.º 108, de 29 de maio de 2001, será de 1% dos recursos garantidores dos planos no último dia do exercício a que se referir, conforme Plano de Gestão Administrativa aprovado pelo Conselho Deliberativo em 17/12/2009.

6. Conclusão

Certificamos que o Plano de Benefícios Definido (Plano CLT) do FIOPREV está superavitário em 31/12/2009. A utilização de parte deste superávit deverá ser realizada respeitando-se os termos da Resolução CGPC Nº 26, de 29 de setembro de 2008, após a aprovação da alteração do método atuarial e definição do Conselho Deliberativo quanto a sua utilização.

Rio de Janeiro, 23 de Fevereiro de 2010.

Mercer Human Resource Consulting Ltda.

Mônica Quelhas Tavares Pereira - MIBA nº 866



Parecer atuarial - Plano BD/RJU

Demonstrativo dos resultados da avaliação atuarial do plano de benefícios / plano BD-RJU

RESULTADO DA AVALIAÇÃO ATUARIAL		VALORES
24	ATIVO LÍQUIDO DO PLANO:	R\$ 70.916.984,75
25	RESERVAS MATEMÁTICAS:	R\$ 30.122.247,00
26	BENEFÍCIOS CONCEDIDOS:	R\$ 30.122.247,00
27	Benefícios do Plano:	R\$ 30.122.247,00
28	Contribuição da Patrocinadora sobre os Benefícios:	R\$ 0,00
29	Outras Contribuições da Geração Atual:	R\$ 0,00
30	Outras Contribuições das Gerações Futuras:	R\$ 0,00
31	BENEFÍCIOS A CONCEDER:	R\$ 0,00
32	Benefícios do Plano com a Geração Atual:	R\$ 0,00
33	Contribuições da Patrocinadora sobre Benefícios da Geração Atual:	R\$ 0,00
34	Outras Contribuições da Geração Atual:	R\$ 0,00
35	Benefícios do Plano com as Gerações Futuras:	R\$ 0,00
36	Contribuições sobre Benefícios com as Gerações Futuras:	R\$ 0,00
37	Outras Contribuições das Gerações Futuras:	R\$ 0,00
38	RESERVA A AMORTIZAR:	R\$ 0,00
39	Pelas Contribuições Especiais Vigentes:	R\$ 0,00
40	Por Ajustes das Contribuições Especiais Vigentes:	R\$ 0,00
41	DÉFICIT TÉCNICO:	R\$ 0,00
42	SUPERÁVIT TÉCNICO:	R\$ 40.794.737,75
43	RESERVA DE CONTINGÊNCIA:	R\$ 7.530.561,75
44	RESERVA PARA AJUSTES DO PLANO:	R\$ 33.264.176,00

RESULTADO DA AVALIAÇÃO ATUARIAL		CUSTO
45	Aposentadorias:	0,00%
46	Invalidez:	0,53%
47	Pensão por Morte:	0,00%
48	Auxílio-Doença:	0,00%
49	Pecúlio por Morte:	0,47%
50	Resgate:	0,00%
51	Outros Benefícios:	0,00%
52	Outros Benefícios:	0,00%
53	Outros Benefícios:	0,00%
54	Total de Benefícios:	1,00%
55	Suplementar:	0,00%
56	Amortização do Déficit:	0,00%
57	Administração:	0,00%
58	Total:	1,00%
RESULTADO DA AVALIAÇÃO ATUARIAL		CONTRIBUIÇÕES
59	PATROCINADORES:	0,00%
60	Normal:	0,00%
61	Amortizante:	0,00%
62	PARTICIPANTES ATIVOS:	1,00%
63	Normal:	1,00%
64	Amortizante:	0,00%
65	PARTICIPANTES ASSISTIDOS:	5,00%

RESULTADO DA AVALIAÇÃO ATUARIAL – OBSERVAÇÕES

- (1) O Ativo Líquido do Plano não inclui os valores dos Fundos dos Programas Previdencial, Administrativo e de Investimentos que, em 31/12/2009 montavam, respectivamente, as quantias de R\$ 60.314.676,77, R\$ 4.835.497,34 e R\$ 960.529,91.
- (2) Observamos que deve ser considerada a classificação das provisões matemáticas constantes do Parecer Atuarial, uma vez que a nomenclatura do DRAA ainda não está adaptada à Resolução CGPC nº 05, de 30/01/2002 e nº 10, de 05/07/2002.
- (3) Os participantes assistidos contribuem com 5% sobre o valor do benefício de aposentadoria. Os participantes aposentados pelo Regime Jurídico Único com direito somente ao benefício de Pecúlio contribuem com 1% sobre o Salário Real de Benefício.

HIPÓTESES ATUARIAIS

A.1.a Indexador do Plano (Reajuste dos Benefícios):	INPC (IBGE)
A.1.b Taxa Real Anual de Juros:	5,0000%
A.2 Projeção de Crescimento Real de Salário:	0,0000%
A.3 Projeção de Crescimento Real do Maior Salário de Benefício do INSS:	0,0000%
A.4 Projeção de Crescimento Real dos Benefícios do Plano:	0,0000%
A.5 Fator de Determinação do Valor Real ao Longo do Tempo dos Salários:	1,0000
A.6 Fator de Determinação do Valor Real ao Longo do Tempo dos Benefícios da Entidade:	0,9800
A.7 Fator de Determinação do Valor Real ao Longo do Tempo dos Benefícios do INSS:	0,0000
A.8 Hipóteses sobre gerações Futuras de Novos Entrados:	Não utilizada
A.9.a Hipóteses sobre Rotatividade (percentual):	0
A.9.b Descrição das Hipóteses sobre Rotatividade:	Hipótese nula
A.10.a Tábua Mortalidade Geral:	AT-2000
A.10.b Observação sobre a Tábua de Mortalidade Geral:	Tábua segregada por sexo
A.11.a Tábua Mortalidade de Inválidos:	AT-83
A.11.b Observação sobre a Tábua de Mortalidade de Inválidos:	Tábua segregada por sexo
A.12.a Tábua Entrada em Invalidez:	Mercer Disability
A.12.b Observação sobre a Tábua de Entrada em Invalidez:	-
A.13 Outras Tábuas Biométricas Utilizadas:	Não há
A.14 Hipóteses sobre Composição de Família de Pensionistas:	Não aplicável. Foi utilizada a composição real da família dos pensionistas
<p>A.15 Outras Hipóteses não Referidas Anteriormente:</p> <p>Idade de Entrada de Aposentadoria: 100% dos Participantes se aposentam na 1ª. Elegibilidade a um benefício pleno.</p> <p>Hipótese de composição familiar:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Antes da aposentadoria: foi utilizada a composição familiar adotada pelo atuário anterior; - Após a aposentadoria: Idade real do cônjuge para os aposentados e a composição familiar real para os pensionistas. 	

INFORMAÇÕES GERAIS

A.16 Quantidade de Participante Ativo do Sexo Feminino:	2.049
A.17 Quantidade de Participante Ativo do Sexo Masculino:	1.567
A.18 Tempo Médio de Filiação ao Plano:	12,38
A.19 Salário de Participação Médio:	R\$ 9.426,92
A.20 Quantidade de Participantes Autopatrocinados:	54
A.21 Idade Média de Participantes Autopatrocinados:	49,84
A.22 Quantidade de Participantes Assistidos:	172
A.23 Folha de Salário de Participação:	R\$ 443.140.590,10
A.24 Quantidade de Aposentadorias Especiais:	0
A.25 Complementação Média de Aposentadorias Especiais:	R\$ 0,00
A.26 Idade Média de Aposentadorias Especiais:	0,00
A.27 Quantidade de Aposentadorias:	40
A.28 Complementação Média de Aposentadorias:	R\$ 504,36
A.29 Idade Média de Aposentadorias:	70,67
A.30 Quantidade de Aposentadorias por Invalidez:	132
A.31 Complementação Média de Aposentadorias por Invalidez:	R\$ 949,87
A.32 Idade Média de Aposentadorias por Invalidez:	55,73
A.33 Quantidade de Pensões:	16
A.34 Complementação Média das Pensões:	R\$ 340,86
A.35 Quantidade de Benefícios Diferidos:	0
A.36 Complementação Média de Benefícios Diferidos:	R\$ 0,00
A.37 Quantidade de Outros Benefícios Vitalícios (1):	0
A.38 Complementação Média de Outros Benefícios Vitalícios (1):	R\$ 0,00
A.39 Quantidade de Outros Benefícios Vitalícios (2):	0
A.40 Complementação Média de Outros Benefícios Vitalícios (2):	R\$ 0,00

Observações:

- (1) Os campos de A.16 a A.19 não incluem os participantes autopatrocinados.
- (2) O campo A.22 não inclui os pensionistas.
- (3) O campo A.19 corresponde ao Salários Real de Benefício médio em 31/07/2009;
- (4) No campo A.23 foi informada a folha de Salários Real de Benefício anualizada, considerando 13 salários ao ano, sem considerar os participantes autopatrocinados.
- (5) No campo A.33 foi informada a quantidade de grupos familiares de pensionistas.
- (6) Foram informados os valores nominais de salários e benefícios da data base dos dados, ou seja, não estão com pico de capacidade.
- (7) Além dos participantes acima, há 798 com direito apenas ao pecúlio.



Parecer atuarial / plano BD-RJU

1. Introdução

Na qualidade de atuários responsáveis pela avaliação atuarial do Plano de Benefícios Suplementar do Regime Jurídico Único (Plano RJU) mantido pelo FIOPREV - Instituto Oswaldo Cruz de Seguridade Social, apresentamos nosso parecer sobre a situação atuarial do citado Plano referente as Patrocinadoras da Entidade em 31 de dezembro de 2009.

2. Posição do Exigível Atuarial e das Reservas e Fundos.

Certificamos que, em 31 de dezembro de 2009, a composição do Exigível Atuarial e das Reservas e Fundos, de acordo com o Plano de Contas previsto na Resolução nº 5, de 30/01/2002, alterada pela Resolução nº 10, de 05/07/2002, é a seguinte:

EXIGÍVEL ATUARIAL	R\$ 30.122.247,00
PROVISÕES MATEMÁTICAS	R\$ 30.122.247,00
BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	R\$ 30.122.247,00
Benefícios do Plano	R\$ 30.122.247,00
Contribuição Definida	R\$ 0,00
Benefício Definido	R\$ 30.122.247,00
BENEFÍCIOS A CONCEDER	R\$ 0,00
Benefícios do Plano com a Geração Atual	R\$ 0,00
Contribuição Definida	R\$ 0,00
Benefício Definido	R\$ 0,00
Outras Contribuições da Geração Atual (-)	R\$ 0,00
PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONSTITUIR (-)	R\$ 0,00
Serviço Passado (-)	R\$ 0,00
Déficit Equacionado (-)	R\$ 0,00
Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias	R\$ 0,00
RESERVAS E FUNDOS	R\$ 106.905.441,77
EQUILÍBRIO TÉCNICO	R\$ 40.794.737,75
RESULTADOS REALIZADOS	R\$ 40.794.737,75
Superávit Técnico Acumulado	R\$ 40.794.737,75
Reserva de Contingência	R\$ 7.530.561,75
Reserva para Revisão do Plano	R\$ 33.264.176,00
Déficit Técnico Acumulado (-)	R\$ 0,00
FUNDOS	R\$ 66.110.704,02
Programa Previdencial	R\$ 60.314.676,77
Programa Assistencial	R\$ 0,00
Programa Administrativo	R\$ 4.835.497,34
Programa de Investimentos	R\$ 960.529,91

Os valores apresentados foram obtidos considerando-se:

(1) O Regulamento do Plano de Benefícios vigente em 31 de dezembro de 2009, Plano este que se encontra em manutenção, e cujas principais características estão descritas no item "Características do Plano" do Demonstrativo dos Resultados da Avaliação Atuarial (DRAA);

(2) Os dados individuais, posicionados em 31/07/2009, dos participantes e beneficiários do Plano fornecidos pelo FIOPREV à Mercer que, após a realização de testes apropriados e devidos acertos efetuados em conjunto com a entidade, considerou-os adequados para fins desta avaliação atuarial. Algumas das características da população avaliada encontram-se no item "Informações Gerais" do DRAA.

A análise efetuada pela Mercer na base cadastral utilizada para a avaliação atuarial deste exercício objetiva, única e exclusivamente, a identificação e correção de eventuais distorções na base de dados, não se inferindo dessa análise a garantia de que a totalidade das distorções foram detectadas e sanadas, permanecendo, em qualquer hipótese, com o FIOPREV a responsabilidade plena por eventuais imprecisões existentes na base cadastral.

- (3) A avaliação atuarial procedida com base em hipóteses e métodos atuariais geralmente aceitos, respeitando-se a legislação vigente, as características da massa de participantes e o Regulamento do Plano de Benefícios;
- (4) Os dados financeiros e patrimoniais fornecidos pelo FIOPREV à Mercer, bem como os valores dos Fundos dos Programas Previdencial, Administrativo e de Investimentos.
- (5) O fato de que o Plano somente concede os benefícios de risco (Aposentadoria por Invalidez e respectiva reversão em Pensão por Morte e o Pecúlio por Morte), tendo em vista o ofício nº 2.733/SPC/DEFIS de 08/08/2007.

Em atendimento ao disposto no Art. 5º da Resolução CGPC nº 26/2008, esclarecemos que o Fundo do Programa Previdencial do Plano, no valor de R\$ 60.314.676,77, foi constituído pelo atuário anterior do Plano na avaliação atuarial de encerramento do exercício de 2008.

Cabe ressaltar que o Superávit Técnico apurado foi contabilizado na subconta Reserva de Contingência de acordo com o previsto no parágrafo único do Artigo 7º na Resolução CGPC nº 26, de 29/09/2008, sendo, o seu excedente utilizado para constituição de Reserva Especial para Revisão do Plano.

O principal fator que levou à constituição da Reserva para Revisão do Plano, em 31/12/2009, foi a reversão do valor destinado à cobertura de oscilações de risco dos benefícios de Aposentadoria por Invalidez e respectiva reversão em Pensão por Morte alocados em Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder na avaliação atuarial realizada pelo atuário anterior do Plano, tendo em vista que os métodos atuariais adotados foram os de Repartição de Capitais de Cobertura e Repartição Simples e portanto não há constituição de reservas.

Certificamos ainda que, a partir de 1º de janeiro de 2010, a composição do Patrimônio de Cobertura do Plano e dos Fundos deverá ser apresentada de acordo com o Plano de Contas previsto na Resolução CGPC nº 28, de 26/01/2009, e Instrução MPS/SPC nº 34, de 24/09/2009.

3. Hipóteses e Métodos Atuariais Utilizados

As principais hipóteses atuariais e econômicas utilizadas na apuração do Exigível Atuarial foram:

Taxa real de juros (1)	5,00% a.a.
Projeção de crescimento real de salário (1).....	0,00% a.a.
Projeção de crescimento real do maior salário de benefício do INSS (1).....	0,00% a.a.
Projeção de crescimento real dos benefícios do plano (1).....	0,00% a.a.
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo (salários)	1,00
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo (benefícios)	0,98
Hipótese sobre rotatividade	Nula
Tábua de mortalidade geral (2)	AT-2000
Tábua de mortalidade de inválidos.....	AT-83
Tábua de entrada em invalidez.....	Mercer Disability
Outras hipóteses biométricas utilizadas (3)	Ver nota

Observações:

- (1) O indexador utilizado é o INPC do IBGE;
- (2) Foi utilizada a tábua AT-2000, segregada por sexo;
- (3) Foi assumida a hipótese de que todos os Participantes do Plano vão se aposentar na primeira data de elegibilidade ao benefício.

As hipóteses atuariais utilizadas na presente avaliação atuarial foram fundamentadas por meio de documentação encaminhada pelas Patrocinadoras e por estudos específicos realizados em 31/07/2009, que tomaram como base a população existente nos Planos administrados pelo FIOPREV e também informações do mercado em geral. O detalhamento dos estudos, conforme previsto no item 1.2 da Resolução nº 18/2007 do CGPC, encontra-se arquivado no FIOPREV.



O método atuarial adotado foi o de Repartição de Capital de Cobertura para os benefícios de Aposentadoria por Invalidez e Reversão em Pensão por Morte e Repartição Simples para o Pecúlio por Morte referente aos benefícios a conceder. Para os benefícios já concedidos o método atuarial adotado foi o Agregado.

A tábua de mortalidade geral foi alterada da AT-83 Masculina para AT-2000 segregada por sexo, a tábua de mortalidade inválidos foi alterada da AT-83 masculina para AT-83 segregada por sexo e a tábua de entrada em invalidez foi alterada da Light (Média) para Mercer Disability de acordo com o resultado realizado em 31/07/2009.

A taxa real anual de juros foi reduzida de 6,00% a.a. para 5,00% a.a. para refletir as expectativas futuras quanto às taxas de remuneração dos ativos do Plano.

Em nossa opinião, as hipóteses e métodos utilizados nesta avaliação atuarial com data-base de 31/12/2009 são apropriados e atendem à Resolução nº 18 do CGPC, que estabelece os parâmetros técnico-atuariais para estruturação de plano de benefícios de Entidades Fechadas de Previdência Complementar.

4. Plano de Custeio para o Exercício de 2010

Certificamos que, de acordo com a legislação vigente, as Patrocinadoras e os participantes deverão efetuar contribuições para o Plano de Benefícios Suplementar do Regime Jurídico Único (Plano RJU) com base nos seguintes níveis:

Participantes Ativos

Os Participantes Ativos deverão efetuar Contribuição Normal de Participante, conforme definido no Regulamento, equivalente a 1% do Salário de Participação do Plano de Benefícios.

Participantes Autopatrocinados

O Participante Autopatrocinado deverá recolher ao Plano, além das contribuições de sua responsabilidade, descritas no item Contribuições de Participantes Ativos, as contribuições que seriam vertidas por sua ex-Patrocinadora ao FIOPREV em decorrência da vinculação do Participante ao Plano.

Participantes em Benefício Proporcional Diferido

Contribuição para cobertura das despesas administrativas nula no exercício de 2010.

Participantes Assistidos

Os Participantes Assistidos efetuarão contribuições equivalentes a 5% do valor do benefício.

Patrocinadora

A Contribuição Normal de Patrocinadora será nula no exercício 2010.

Despesas Administrativas

As despesas com a administração do Plano, incluindo as despesas com investimentos, serão custeadas conforme Plano de Gestão Administrativa aprovado pelo Conselho Deliberativo em 17/12/2009.

O plano de custeio apresentado neste Parecer passa a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2010.

5. Limite Legal das Despesas

Em conformidade com o Art. 6º da Resolução CGPC nº29, de 31/08/2009, registramos que o limite anual de recursos destinados para a gestão administrativa pelo conjunto de Planos de Benefícios administrados pelo FIOPREV, que são vinculados à Lei Complementar n.º 108, de 29 de maio de 2001, será de 1% dos recursos garantidores dos planos no último dia do exercício a que se referir, conforme Plano de Gestão Administrativa aprovado pelo Conselho Deliberativo em 17/12/2009.

6. Conclusão

Certificamos que o Plano de Benefícios Suplementar do Regime Jurídico Único (Plano RJU) do FIOPREV está superavitário. No entanto, a Reserva Especial para Revisão do Plano não apresenta valor em 3 anos consecutivos.

Rio de Janeiro, 23 de Fevereiro de 2010.

Parecer dos Auditores Independentes

Aos

Participantes, Patrocinadores, Conselheiros e Diretores do

INSTITUTO OSWALDO CRUZ DE SEGURIDADE SOCIAL - FioPrev

Examinamos os balanços patrimoniais do INSTITUTO OSWALDO CRUZ DE SEGURIDADE SOCIAL - FIOPREV, levantados em 31 de dezembro de 2009 e 2008, e as respectivas demonstrações do resultado e do fluxo financeiro correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.

2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da Entidade; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Entidade, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

3. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas representam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do INSTITUTO OSWALDO CRUZ DE SEGURIDADE SOCIAL - FIOPREV em 31 de dezembro de 2009 e 2008, e o resultado de suas operações e a movimentação do fluxo financeiro correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas estabelecidas pela Secretaria de Previdência Complementar.

4. No programa Assistencial estão registradas as operações decorrentes do plano de saúde do FioPrev, o FioSaúde, administrado na modalidade de autogestão. O FioSaúde é mantido por contribuições de seus titulares, servidores, empregados e de seus patrocinadores, conforme descrito no item 5 das notas explicativas.

5. O recurso impetrado com relação à decisão dos Tribunais, Regional e Federal, sobre a suspensão da imunidade tributária concedida ao Instituto, continua no aguardo de uma decisão final. Os tributos pertinentes (Imposto de Renda na Fonte e Imposto sobre Operações Financeiras) estão mensurados e refletidos nas demonstrações contábeis.

Rio de Janeiro, 18 de março de 2010.

Fernando Motta & Associados

Auditores Independentes

CRCMG - 757/O - F - RJ

Luiz Alberto Rodrigues Mourão

Contador

CRCRJ - 046.114/O



Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal do Instituto Oswaldo Cruz de Seguridade Social – FIOPREV, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, examinando o Balanço Patrimonial levantado em 31 de dezembro de 2009, bem como as respectivas Demonstrações Contábeis relativas ao exercício findo de 2009.

Com base nas análises efetuadas pelo Colegiado no decorrer do exercício e à vista do Parecer dos Auditores – Fernando Motta & Associados e do Parecer Atuarial emitido pela atuária Mônica Quelhas Tavares Pereira - MIBA nº 866, da Consultoria Mercer Human Resource Consulting Ltda., o Conselho é de opinião que os atos dos administradores por ele examinados, consideradas as recomendações efetuadas para melhoria dos controles internos e da gestão da entidade apontados pelo Colegiado, constantes no Quadro-resumo dos Apontamentos do Conselho Fiscal – Janeiro a Dezembro 2009, com o objetivo de atender a Resolução CGPC Nº. 13 - no que tange ao estabelecimento de princípios, regras e práticas de governança, gestão e controles internos a serem observados pela entidade, necessitam de melhorias; demonstram que os administradores têm se empenhado em desenvolver uma cultura que enfatiza a importância dos controles internos em todos os níveis hierárquicos.

Observa-se que as referidas demonstrações refletem adequadamente a posição patrimonial, de resultado e financeira da Entidade, em 31 de dezembro de 2009, pelo que recomenda a sua aprovação.

Rio de Janeiro, 23 de Março de 2010.

José Silvio de Moraes Portes
Presidente

Maria Leda Santos Cruz
Membro

Licia de Oliveira
Membro

Luciana Vivorio Cardoso
Membro Suplente

Parecer do Conselho Deliberativo

Com fulcro no inciso V do artigo 21 do estatuto do FioPrev, aprovado pela Secretaria de Previdência Complementar do Ministério de Previdência e Assistência Social pela Portaria 979, de 27/08/2002, publicada no Diário Oficial da União, de 28/08/2002 este Conselho deliberou pela aprovação das contas do exercício de 2009 do FioPrev.

Rio de Janeiro, 25 de Março de 2010.

Leila de Mello Yañez Nogueira
Membro Presidente

Claudia Maria Gullo Parente
Membro

Alex Santos Príncipe
Membro

Oswaldo José da Cruz
Membro

Márcia Maria Garcia Gomes
Membro

Sônia Aparecida Freitas de Pinho
Membro